



Favela Tondo em Manila, Filipinas, 2014. Foto: Dewald Brand, Miran, para a Oxfam

UMA ECONOMIA PARA O 1%

Como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido

A crise da desigualdade global está chegando a novos extremos. O 1% mais rico da população mundial detém mais riquezas atualmente do que todo o resto do mundo junto. Poderes e privilégios estão sendo usados para distorcer o sistema econômico, aumentando a distância entre os mais ricos e o resto da população. Uma rede global de paraísos fiscais permite que os indivíduos mais ricos do mundo escondam 7,6 trilhões de dólares das autoridades fiscais. A luta contra a pobreza não será vencida enquanto a crise da desigualdade não for superada.

SUMÁRIO EXECUTIVO

UMA ECONOMIA PARA O 1%

A distância entre ricos e pobres está chegando a novos extremos. O banco *Credit Suisse* revelou recentemente que o 1% mais rico da população mundial acumula mais riquezas atualmente que todo o resto do mundo junto.¹ Esse fenômeno foi observado um ano antes de uma previsão da Oxfam nesse sentido ter sido amplamente divulgada, às vésperas da realização do Fórum Econômico Mundial do ano passado. Ao mesmo tempo, a riqueza detida pela metade mais pobre da humanidade caiu em um trilhão de dólares nos últimos cinco anos. Essa é apenas a evidência mais recente de que vivemos atualmente em um mundo caracterizado por níveis de desigualdade não registrados há mais de um século.

“Uma Economia para o 1%” analisa como isso aconteceu e por que, além de apresentar novas evidências alarmantes de uma crise de desigualdade que saiu do nosso controle.

A Oxfam calculou o seguinte:

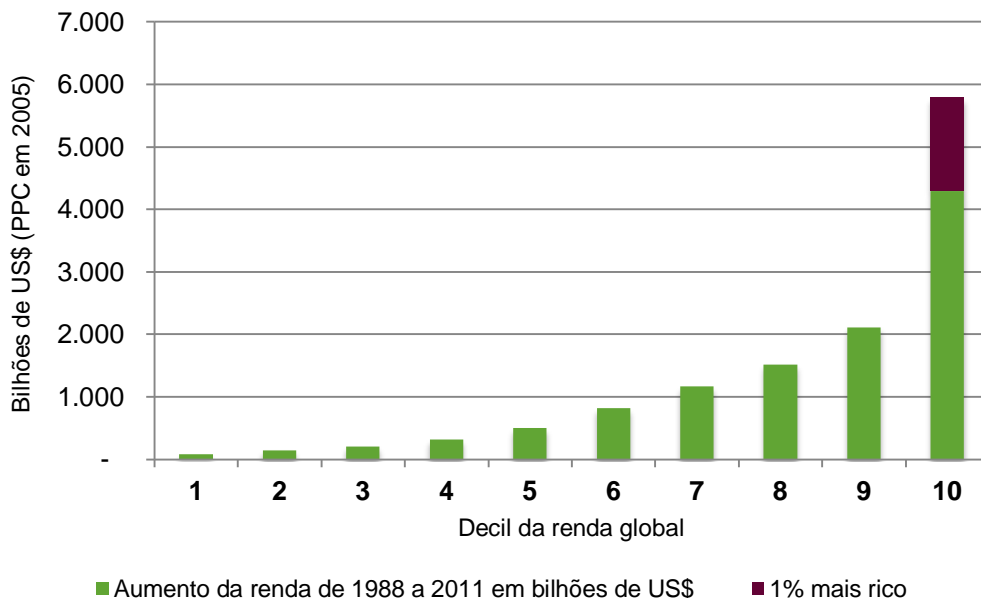
- Em 2015, apenas 62 indivíduos detinham a mesma riqueza que 3,6 bilhões de pessoas – a metade mais afetada pela pobreza da humanidade. Esse número representa uma queda em relação aos 388 indivíduos que se enquadravam nessa categoria há bem pouco tempo, em 2010.
- A riqueza das 62 pessoas mais ricas do mundo aumentou em 44% nos cinco anos decorridos desde 2010 – o que representa um aumento de mais de meio trilhão de dólares (US\$ 542 bilhões) nessa riqueza, que saltou para US\$ 1,76 trilhão.
- Ao mesmo tempo, a riqueza da metade mais pobre caiu em pouco mais de um trilhão de dólares no mesmo período – uma queda de 41%.
- Desde a virada do século, a metade da população mundial mais afetada pela pobreza ficou com apenas 1% do aumento total da riqueza global, enquanto metade desse aumento beneficiou a camada mais rica de 1% da população.
- O rendimento médio anual dos 10% da população mundial mais pobres no mundo aumentou menos de US\$ 3 em quase um quarto de século. Sua renda diária aumentou menos de um centavo a cada ano.

A crescente desigualdade econômica é ruim para todos nós – ela mina o crescimento e a coesão social. No entanto, as consequências para as pessoas mais afetadas pela pobreza no mundo são particularmente graves.

Os apologistas do *status quo* afirmam que a preocupação com a desigualdade é alimentada pela “política da inveja”. Eles costumam citar a redução registrada no número de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza como prova de que a desigualdade não constitui um problema de grandes dimensões. Essa afirmação é, no entanto, equivocada. Como uma organização estabelecida para combater a pobreza, a Oxfam acolhe inequivocamente os fantásticos avanços que ajudaram a reduzir o número de pessoas que vivem abaixo da linha de extrema pobreza pela metade entre 1990 e 2010. No entanto, se a desigualdade dentro dos países não tivesse aumentado no mesmo período, outros 200 milhões de pessoas teriam saído da pobreza. Esse número poderia

ter chegado a 700 milhões se as pessoas em situação de pobreza tivessem sido mais beneficiadas pelo crescimento econômico do que os ricos.

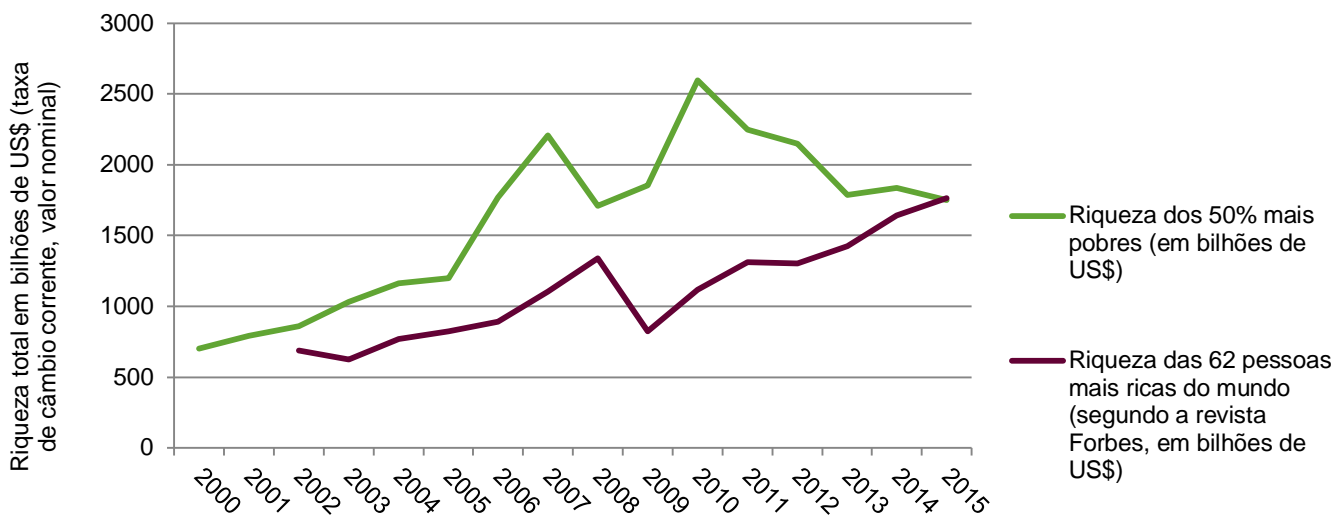
Figura: Crescimento registrado na renda global para cada decil entre 1988 e 2011: 46% do aumento total beneficiaram os 10% do decil superior²



Não há como negar o fato de que os grandes vencedores da nossa economia global são os que estão no topo. Nosso sistema econômico é fortemente distorcido em seu favor, além de estar sendo, sem dúvida nenhuma, cada vez mais enviesado nesse sentido. Longe de escorrer aos poucos para baixo (como propalado na teoria do *trickle down*) e beneficiar os mais necessitados, a renda e a riqueza estão sendo sugadas para cima a um ritmo alarmante. Uma vez lá em cima, um sistema cada vez mais complexo de paraísos fiscais e uma indústria de gestores dessa riqueza garantem que ela permaneça por lá, longe do alcance de cidadãos comuns e de seus governos. Segundo uma estimativa recente³, riquezas individuais que somam US\$ 7,6 trilhões – equivalentes a mais que o produto interno bruto (PIB) combinado do Reino Unido e da Alemanha – estão sendo mantidas *offshore* atualmente.

US\$ 7,6 trilhões acumulados em riquezas individuais – mais do que o PIB combinado do Reino Unido e da Alemanha – são mantidos offshore atualmente.

Figura: A riqueza dos 62 indivíduos mais ricos do mundo continua a crescer, enquanto a da metade mais pobre da população mundial permanece estagnada⁴



Essa crescente desigualdade econômica também acentua desigualdades existentes. O Fundo Monetário Internacional (FMI) observou recentemente que, em países caracterizados por uma maior desigualdade de renda, as lacunas entre homens e mulheres em termos de saúde, educação, participação no mercado de trabalho e representação em instituições como parlamentos também tendem a ser maiores.⁵ A instituição observou ainda que a distância salarial entre os gêneros também é maior em sociedades mais desiguais. É interessante observar que 53 das 62 pessoas mais ricas do mundo são homens.

A Oxfam também demonstrou recentemente que embora as pessoas mais afetadas pela pobreza vivam em áreas mais vulneráveis a mudanças climáticas, a metade mais pobre da população mundial é responsável por apenas cerca de 10% de todas as emissões globais de gases do efeito estufa.⁶ Em todo o mundo, o impacto ambiental médio do 1% mais rico da população mundial pode ser até 175 vezes mais intenso que o dos 10% mais pobres.

Em vez de estabelecer uma economia que promove prosperidade para todos, para gerações futuras e para o planeta, criamos uma economia que favorece 1% da população mundial. Como isso aconteceu e por quê?

Uma das principais tendências subjacentes dessa gigantesca concentração de riqueza e renda é o retorno crescente sobre capital em relação ao retorno sobre o trabalho. Em quase todos os países ricos e na maioria dos países em desenvolvimento, a parcela da renda nacional destinada aos trabalhadores vem diminuindo. Isso significa que os trabalhadores estão ficando com uma parcela cada vez menor dos ganhos resultantes do crescimento econômico. Por outro lado, os donos de capital têm visto o seu capital crescer consistentemente (por meio do pagamento de juros, dividendos ou lucros retidos) a uma taxa muito mais acelerada que a do crescimento das economias. A evasão fiscal por parte dos donos de capital e o fato de governos terem reduzido os impostos incidentes sobre ganhos de capital têm aumentado ainda mais esses retornos. Como Warren Buffett deixou claro em uma de suas famosas afirmações, ele paga menos impostos do que qualquer outra pessoa que trabalha no seu escritório – inclusive que seu faxineiro e sua secretária.

No mundo do trabalho, a distância entre o trabalhador médio e os que estão no topo está se alargando rapidamente. Enquanto os salários de muitos trabalhadores se estagnaram, os recebidos pelos que estão no topo aumentaram vertiginosamente. A experiência da Oxfam com mulheres trabalhadoras em todo o mundo, de Mianmar ao Marrocos, revela que elas mal estão conseguindo sobreviver com os salários miseráveis que recebem. As mulheres constituem a maioria dos trabalhadores de mais baixa remuneração do mundo e estão concentradas nos empregos mais precários. Ao mesmo tempo, os salários de altos diretores de empresas aumentaram vertiginosamente. Os salários dos diretores executivos das maiores empresas norte-americanas aumentaram em mais da metade (54,3%) desde 2009, enquanto os dos trabalhadores permaneceram praticamente inalterados. O diretor executivo da maior empresa de informática da Índia ganha 416 vezes mais que um funcionário médio da mesma empresa. As mulheres ocupam apenas 24 dos cargos de direção executiva das empresas listadas na Fortune 500.

Em diferentes setores da economia global, empresas e pessoas muitas vezes usam seu poder e posição para garantir ganhos econômicos para elas próprias.

Mudanças ocorridas nas políticas econômicas nos últimos 30 anos – como as decorrentes da desregulamentação, da privatização, do sigilo financeiro e da globalização, especialmente do setor financeiro – potencializaram a velha capacidade dos ricos e poderosos de usar sua influência para concentrar ainda mais sua riqueza. Essa agenda política tem sido essencialmente impulsionada pelo que George Soros descreveu como “fundamentalismo do mercado”. Esse fenômeno constitui, em grande parte, o cerne da crise de desigualdade dos nossos dias. Sua consequência é que as recompensas usufruídas por poucos não representam, em muitos casos, retornos eficientes ou justos.

A rede de paraísos fiscais e de uma indústria de evasão fiscal que floresceu nas últimas décadas representa um exemplo inquestionável de um sistema econômico manipulado para favorecer os poderosos. Sua legitimidade intelectual tem sido endossada pela predominância global de uma visão fundamentalista de mercado, segundo a qual a baixa tributação de indivíduos e empresas ricos é necessária para estimular o crescimento econômico e representa, de alguma maneira, uma boa notícia para todos nós. O sistema é mantido por um grupo muito bem remunerado e engenhoso de profissionais dos setores bancário, jurídico, contábil e de investimentos privados.

Os indivíduos e empresas mais ricos – os que deveriam pagar mais impostos – são justamente os que têm condições de recorrer a esses serviços e arquitetura global para evitar pagar o que devem. Essa é também uma situação que indiretamente induz governos de países fora de paraísos fiscais a reduzirem a tributação de empresas e ricos numa inexorável “corrida para baixo”.

À medida que impostos não são pagos em decorrência de uma evasão fiscal generalizada, orçamentos governamentais sofrem a pressão, a qual, por sua vez, leva a cortes em serviços públicos essenciais. Essa situação também torna governos cada vez mais dependentes de tributos indiretos, como do imposto sobre valor agregado, que recai desproporcionalmente sobre as pessoas mais afetadas pela pobreza. A evasão fiscal é um problema que está se agravando rapidamente.

- A Oxfam analisou 200 empresas, entre as quais as maiores do mundo e as que são parceiras estratégicas do Fórum Econômico Mundial, e verificou que nove de cada dez delas estão presentes em pelo menos um paraíso fiscal.
- Em 2014, os investimentos de empresas nesses paraísos fiscais foram quase quatro vezes maiores do que em 2001.

Esse sistema global de evasão fiscal está drenando a vida de Estados de bem-estar social no mundo rico. Ele também priva países pobres de recursos necessários para combater a pobreza, colocar e manter crianças na escola e impedir que seus cidadãos faleçam em decorrência de doenças facilmente curáveis.

Quase um terço (30%) da riqueza dos africanos ricos – que totaliza US\$ 500 bilhões – é mantido em paraísos fiscais *offshore*. Estima-se que essa prática custe US\$ 14 bilhões por ano em receitas fiscais perdidas para os países africanos. Esse valor é suficiente para oferecer serviços de saúde que poderiam salvar a vida de 4 milhões de crianças e empregar professores em número suficiente, para que todas as crianças africanas pudessem frequentar uma escola.

A evasão fiscal foi corretamente descrita pela Ordem Mundial dos Advogados como um abuso de direitos humanos⁷ e pelo Presidente do Banco Mundial

Quase um terço (30%) da riqueza de africanos ricos – que totaliza US\$ 500 bilhões – é mantido em paraísos fiscais no exterior. Estima-se que essa prática custe US\$ 14 bilhões por ano em receitas fiscais perdidas para os países africanos. Esse valor é suficiente para oferecer serviços de saúde que poderiam salvar a vida de 4 milhões de crianças e empregar professores em número suficiente para que todas as crianças africanas pudessem frequentar uma escola.

como “uma forma de corrupção que prejudica pessoas afetadas pela pobreza”. A crise de desigualdade não poderá ser superada enquanto as lideranças mundiais não derem um fim à era dos paraísos fiscais de uma vez por todas.

Empresas que atuam nos setores do petróleo e gás e outras indústrias extrativas estão usando seu poder econômico de muitas maneiras diferentes para garantir sua posição dominante no mercado. Isso implica custos econômicos enormes e lhes garante lucros muito maiores do que o valor que elas trazem para a economia. Elas fazem *lobby* para garantir subsídios governamentais – isenções fiscais – e evitar o surgimento de alternativas ecológicas. No Brasil e no México, povos indígenas são desproporcionalmente afetados pela destruição de suas terras tradicionais quando florestas são derrubadas para dar lugar a projetos de mineração ou de agricultura intensiva em grande escala. Quando empresas são privatizadas – como ocorreu na Rússia após a queda do comunismo, por exemplo – grandes fortunas são geradas da noite para o dia para um pequeno grupo de indivíduos.

O setor financeiro tem crescido mais rapidamente nas últimas décadas e é atualmente responsável por um de cada cinco bilionários. Nesse setor, a diferença entre salários e benefícios e o valor efetivamente agregado à economia é maior do que em qualquer outro. Um estudo realizado recentemente pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE)⁸ revelou que países com setores financeiros inchados caracterizam-se por uma maior instabilidade econômica e uma desigualdade maior. Não há dúvida de que a crise das dívidas públicas provocada pela crise financeira, por resgates de bancos e pela subsequente adoção de políticas de austeridade tem afetado mais intensamente as pessoas pobres. O setor bancário permanece no cerne do sistema dos paraísos fiscais; a maioria da riqueza mantida *offshore* é gerida por apenas 50 grandes bancos.

No setor de vestuário, empresas usam constantemente sua posição dominante no mercado para continuar a pagar salários miseráveis. Entre 2001 e 2011, os salários pagos a trabalhadores do setor de vestuário na maioria dos 15 países que mais exportam artigos dessa categoria caíram em termos reais. A aceitabilidade do pagamento de salários mais baixos a mulheres tem sido descrita como um fator essencial para aumentar o lucro dessas empresas. O mundo voltou sua atenção para a situação dos trabalhadores em fábricas de vestuário em Bangladesh em abril de 2013, quando 1.134 trabalhadores morreram em decorrência do desabamento do complexo fabril de Rana Plaza. Pessoas estão perdendo suas vidas à medida que empresas se empenham em maximizar seus lucros, evitando adotar práticas necessárias de segurança. A despeito de toda a atenção e retórica, os interesses financeiros de curto prazo das empresas compradoras ainda prevalecem nas atividades desse setor, como evidenciado pelo fato de continuarem sendo adotadas normas inadequadas contra incêndio e de segurança.

A desigualdade também é intensificada pelo poder das empresas em usar seus monopólios e propriedade intelectual para distorcer o mercado em seu favor, eliminando concorrentes e aumentando seus preços para as pessoas comuns. Empresas farmacêuticas gastaram mais de US\$ 228 milhões em 2014 em atividades de *lobby* em Washington. Quando a Tailândia decidiu emitir uma licença compulsória para uma série de medicamentos essenciais – uma disposição que garante a governos a flexibilidade necessária para produzir medicamentos localmente a um preço bem mais baixo, sem a necessidade de

obter a permissão do titular da respectiva patente internacional –, essas empresas pressionaram com sucesso o governo dos Estados Unidos para incluir a Tailândia em uma lista de países que poderiam sofrer sanções comerciais.

Todos esses exemplos ilustram como e por que nosso sistema econômico atual – o da economia para o 1% – está falido. Ele está deixando de atender a maioria das pessoas, bem como o planeta. Não há dúvida de que estamos enfrentando uma crise de desigualdade – fato com o qual o FMI, a OCDE, o Papa e muitos outros concordam. No entanto, chegou a hora de fazermos algo para mudar essa situação. A desigualdade não é inevitável. O sistema atual não surgiu por acaso, ele é o resultado de escolhas políticas deliberadas, do fato de nossas lideranças estarem dando ouvidos ao 1% e aos que os apoiam em vez de agirem no interesse da maioria. Chegou a hora de rejeitar esse modelo econômico falido.

Nosso mundo não carece de riqueza. Simplesmente não faz sentido economicamente – e moralmente – permitir que tanta riqueza fique nas mãos de tão poucos. A Oxfam acredita que a humanidade pode fazer melhor do que isso, que temos o talento, a tecnologia e a imaginação para construir um mundo muito melhor. Temos a oportunidade de construir uma economia mais humana, na qual os interesses da maioria sejam colocados em primeiro lugar. Um mundo que ofereça trabalho decente para todos, no qual mulheres e homens sejam iguais, no qual os paraísos fiscais sejam algo a respeito do qual as pessoas apenas leiam em livros de história e no qual os mais ricos paguem uma fatia justa para apoiar uma sociedade que beneficie a todos.

A Oxfam está chamando as lideranças mundiais para que tomem medidas que demonstrem que elas estão do lado da maioria e que desejam, efetivamente, pôr fim à crise da desigualdade. Desde aumentos no salário a melhores medidas para regular mais eficazmente as atividades do setor financeiro, há muito que os formuladores de políticas podem fazer para pôr fim à economia para o 1% e começar a construir uma economia humana que beneficie a todos. Eles podem:

- **Garantir o pagamento de um salário digno aos trabalhadores e fechar a distância com as bonificações dos executivos:** aumentando o salário mínimo para que se torne um salário digno; garantindo a transparência na relação salário-lucro; e protegendo os direitos dos trabalhadores à sindicalização e à greve.
- **Promover a igualdade econômica e os direitos das mulheres direitos:** oferecendo compensação pela prestação de cuidados não remunerados; eliminando a distância salarial entre mulheres e homens; promovendo direitos iguais de herança e de titularidade de terras para as mulheres; e melhorando a coleta de dados para avaliar como mulheres e meninas são afetadas por políticas econômicas.
- **Controlar a influência de elites poderosas:** estabelecendo registros obrigatórios de atividades de *lobby* e normas mais robustas para conflitos de interesse; garantindo que informações de boa qualidade sobre processos administrativos e orçamentários sejam publicamente divulgadas e facilmente acessíveis; reformando o ambiente regulatório, com ênfase na promoção da transparência governamental; separando empresas do financiamento de campanhas; e adotando medidas para fechar as “portas giratórias” entre grandes empresas e o governo.

- **Mudar o sistema global de P&D e de fixação de preços para medicamentos no sentido de que todos tenham acesso a medicamentos adequados e acessíveis:** negociando um novo tratado global de P&D; aumentando investimentos em medicamentos, inclusive em medicamento genéricos acessíveis; e excluindo normas de propriedade intelectual de acordos comerciais. O financiamento de P&D deve ser desvinculado da fixação de preços de medicamentos para romper os monopólios das empresas e garantir um financiamento adequado para atividades de P&D em torno de terapias necessárias e a acessibilidade dos produtos resultantes.
- **Dividir a carga tributária em bases justas:** diminuindo o peso da carga tributária sobre o trabalho e o consumo e aumentando essa carga sobre a riqueza, o capital e a renda decorrente desses ativos; aumentando a transparência dos incentivos fiscais; e cobrando impostos nacionais sobre grandes fortunas.
- **Adotar medidas progressistas em relação aos gastos públicos para combater a desigualdade:** priorizando políticas, práticas e gastos que aumentem o financiamento de sistemas públicos de saúde e educação no sentido de combater a pobreza e a desigualdade em nível nacional. Abrindo mão de promover reformas não comprovadas e impraticáveis, baseadas na lógica do mercado nos sistemas públicos de saúde e educação e ampliando a prestação de serviços essenciais por parte do setor público e não do privado.

Como uma questão prioritária, a Oxfam está chamando todas as lideranças mundiais para que cheguem a um acordo em torno de uma abordagem global para pôr fim à era dos paraísos fiscais.

As lideranças mundiais devem assumir um compromisso mais efetivo de pôr fim aos paraísos fiscais e a regimes tributários prejudiciais, inclusive regimes não preferenciais. Chegou a hora de pormos fim à “corrida para baixo” no sistema de tributação de empresas de um modo geral. Em última análise, todos os governos – incluindo os dos países em desenvolvimento em pé de igualdade – devem chegar a um acordo em torno da criação de um organismo fiscal global composto por representantes de todos os governos com o objetivo de garantir que os sistemas tributários nacionais não tenham implicações globais negativas.

1 O MUNDO ESTÁ FICANDO MAIS RICO, MAS ALGUNS ESTÃO GANHANDO MAIS DO QUE OUTROS

AVANÇOS GLOBAIS IMPRESSIONANTES

A economia global mais do que dobrou nos últimos 30 anos⁹. Em 2014, seu valor chegou a quase US\$ 78 trilhões. Com o aumento da produção e da produtividade, ocorreram aumentos absolutos no produto interno bruto (PIB) – um dos principais indicadores de prosperidade econômica – em todas as regiões do mundo ao longo desse período. O PIB combinado dos países do Sul da Ásia em 2014 havia crescido mais de cinco vezes em relação a 1985.

Nos últimos 30 anos, o PIB cresceu mais anualmente, na média, em países de renda baixa e média do que em países mais ricos¹⁰. A renda média em países mais pobres está se aproximando da registrada em países mais ricos e a desigualdade entre as nações está caindo¹¹. Potências econômicas emergentes estão liderando esse processo de recuperação: a China e a Índia, por exemplo, têm impulsionado, em grande parte, o aumento vertiginoso observado no PIB combinado dos países asiáticos. Entre 1990 e 2011, o crescimento econômico da região ajudou cerca de um bilhão de pessoas a sair da pobreza extrema, cerca de 700 milhões apenas nesses dois países.¹² A proporção da população mundial que vive em pobreza extrema caiu de 36 por cento em 1990 para 16 por cento em 2010, permitindo que o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de reduzir pela metade a pobreza extrema fosse alcançado cinco anos antes da meta estabelecida para 2015.¹³ Estimulados por esse avanço, em 2015 lideranças mundiais assumiram o compromisso de erradicar a pobreza extrema até 2030 como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).¹⁴

Os estoques de riqueza global, que constituem o valor total de todos os ativos, tanto financeiros como não financeiros, menos a dívida total, também têm crescido vigorosamente, multiplicando-se nos últimos 15 anos de US\$ 160 trilhões em 2000¹⁵ para US\$ 267 trilhões em 2015.¹⁶ Embora a crise financeira global de 2008 tenha afetado negativamente os estoques de riqueza, todas as regiões do mundo cresceram ao longo do período, durante o qual alguns dos maiores aumentos foram registrados em países de renda baixa e média. Os estoques de riqueza na América Latina e na África mais do que triplicaram, assim como a riqueza na China e na Índia, duas das economias emergentes que experimentaram as taxas mais rápidas de crescimento.¹⁷

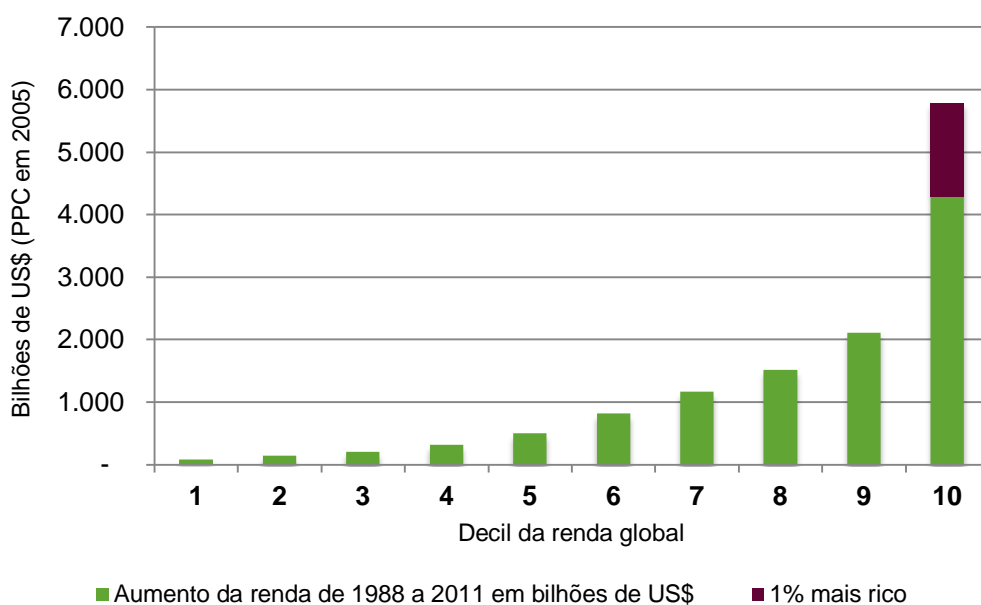
OS BENEFÍCIOS DO CRESCIMENTO TÊM SIDO NEGADOS

O crescimento e o progresso globais registrados no campo do desenvolvimento humano nos oferecem boas razões para acreditar que podemos alcançar a meta de erradicar a pobreza de uma vez por todas. No entanto, a realidade que bilhões de pessoas dos grupos socioeconômicos mais pobres têm experimentado, e que elas podem esperar se as tendências atuais forem

mantidas, é menos estimulante. Uma análise mais minuciosa dos agregados globais e nacionais revela enormes diferenças em termos de renda e riqueza nos níveis individual e familiar. Dados sobre a participação na renda global revelam que a desigualdade interpessoal da renda é extremamente elevada e que os que estão no topo da distribuição da renda estão sendo beneficiados por um nível desproporcionalmente alto de crescimento geral.

Se o crescimento da renda global fosse distribuído igualmente, seria de se esperar que cerca de 10 por cento da população mundial estivessem enquadrados em cada decil (um décimo) da população. No entanto, a realidade é que essa distribuição é altamente desigual: entre 1988 e 2011, 46 por cento do crescimento global da renda beneficiaram principalmente os 10 por cento mais ricos da população mundial, enquanto os 10 por cento mais pobres ficaram com apenas 0,6 por cento.^{18 19} Na verdade, os 10 por cento mais ricos da população mundial ficaram com mais do que os 80 por cento mais pobres e com mais de quatro vezes o que os 50 por cento mais pobres retiveram. Esse cenário torna-se ainda mais preocupante quando se considera o um por cento do topo da distribuição da renda global. Entre 1988 e 2011, o um por cento mais rico da população mundial recebeu um percentual maior do crescimento da renda global do que todos os 50 por cento mais pobres (os quais constituem 50 vezes mais pessoas).

Figura 1: Crescimento da renda global registrado para cada decil de 1988 a 2011; 46% do aumento total beneficiaram os 10% mais ricos



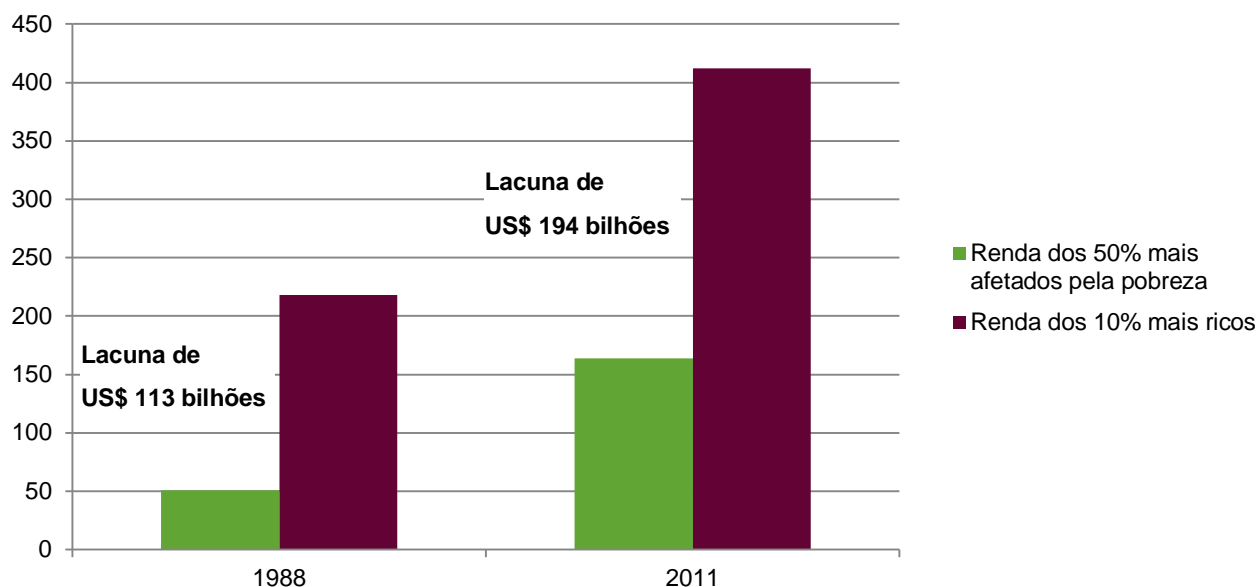
Fonte: Banco de dados do Painel de Distribuição de Renda no Mundo de Lakner-Milanovic (LM-WPID) (2013). Criado para C. Lakner e B. Milanovic (2013) *Global Income Distribution: From the Fall of the Berlin Wall to the Great Recession*, Banco Mundial. Os dados relativos a 2011 foram fornecidos por meio de correspondência pessoal com B. Milanovic em setembro de 2015. Cálculos feitos por Sophia Ayele; mais detalhes sobre a metodologia usada na elaboração do gráfico podem ser encontrados na nota metodológica que a acompanha, disponível em <http://oxf.am/ZniS>.

As economias podem estar crescendo e os países mais pobres podem estar se recuperando do seu atraso em relação aos mais ricos, mas a renda das pessoas mais afetadas pela pobreza em todo o mundo não está acompanhando essa tendência e, conseqüentemente, o ritmo de redução da pobreza extrema está muito mais lento do que seria possível. Uma pesquisa do Instituto de Desenvolvimento Exterior (*Overseas Development Institute* - ODI) revelou que, entre 1990 e 2010, a renda dos 40 por cento mais pobres de

muitos países em desenvolvimento cresceu mais lentamente do que a taxa média de crescimento nacional. Se a sua renda tivesse aumentado no mesmo ritmo da média observada em todos os países, 200 milhões de pessoas teriam deixado de viver abaixo da linha de pobreza extrema até 2010.²⁰ Se o crescimento tivesse favorecido pessoas afetadas pela pobreza e a renda dos 40 por cento mais pobres tivesse aumentado dois pontos percentuais mais rapidamente do que a média, a pobreza poderia ter sido reduzida à metade do nível no qual se encontra atualmente.²¹ Embora o número de pessoas que vivem em condições de pobreza extrema tenha caído nos últimos anos, ele continua sendo inaceitavelmente elevado. O Banco Mundial estima que 700 milhões de pessoas estivessem vivendo em condições de pobreza extrema (ganhando menos de US\$ 1,90 por dia)²² em 2015.²³ Economistas do Banco Mundial preveem que a menos que o crescimento passe a favorecer pessoas afetadas pela pobreza nos próximos 15 anos, não conseguiremos erradicar a pobreza extrema até 2030 e quase meio bilhão de pessoas continuará a ganhar menos de US\$ 1,90 por dia.²⁴ A desigualdade de renda não é ruim apenas para os que ganham muito menos, que estão sendo deixados para trás, mas também para os níveis gerais de crescimento. O FMI verificou, por exemplo, que um aumento da participação na renda dos 20 por cento mais pobres de um país está associado a um maior crescimento do PIB.²⁵

Considerando as taxas de crescimento dos grupos de renda mais baixa em relação à média, como o novo ODS 10 se propõe a fazer,²⁶ observa-se que a distância gritante e crescente entre os ricos e os pobres não está sendo reduzida em termos absolutos. Mesmo que a renda das pessoas mais afetadas pela pobreza aumente na mesma proporção ou mais rapidamente que a média, a diferença absoluta entre os ricos e os pobres continuará a crescer. Para início de conversa, a renda dos mais pobres é tão baixa que qualquer aumento fica pequeno em termos absolutos, enquanto para os que têm rendas extremamente elevadas, mesmo com um aumento baixo em termos percentuais pode resultar em enormes aumentos absolutos. Uma pesquisa realizada pelo ODI revelou que, nas últimas três décadas, durante as quais os países de um modo geral experimentaram longos períodos de crescimento da renda e uma melhora na sua distribuição geral, a desigualdade absoluta invariavelmente aumentou. Em uma amostra de países em desenvolvimento, nos últimos 20 anos os 10 por cento mais ricos ficaram com um terço dos ganhos absolutos resultantes do aumento da renda, enquanto os 40 por cento mais pobres só foram beneficiados com cerca de metade desse aumento.²⁷ No Brasil, onde a desigualdade de renda ainda é extremamente elevada, a renda dos 50 por cento mais pobres mais do que dobrou em termos reais entre 1988 e 2011, quando cresceu a uma taxa ligeiramente mais acelerada que a dos 10 por cento mais ricos. No entanto, o aumento da renda dos 10 por cento mais ricos envolveu valores muito mais elevados em termos absolutos, de tal modo que a diferença absoluta entre a renda média dos dois grupos praticamente também dobrou.²⁸

Figura 2: No Brasil, a renda dos 50% mais pobres aumentou a uma taxa mais acelerada que a dos 10% mais ricos, mas ainda assim a diferença entre os dois grupos aumentou



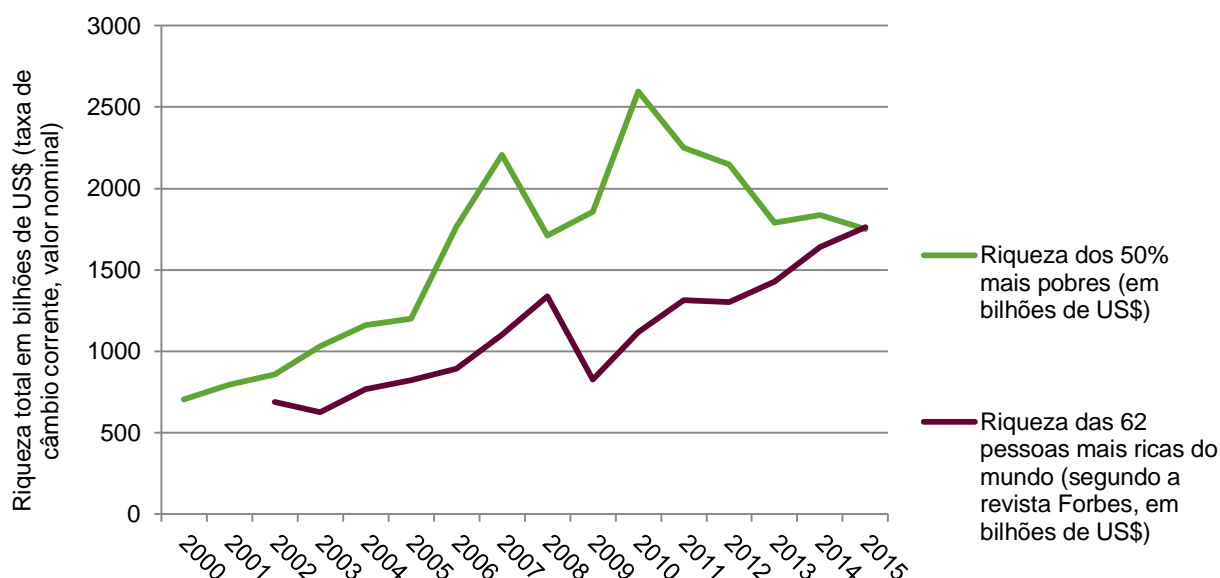
Fonte: Cálculos da Oxfam baseados no banco de dados do Painel de Distribuição de Renda no Mundo de Lakner-Milanovic (LM-WPID) (2013). Veja as fontes usadas para a elaboração da Figura 1 e a nota metodológica que a acompanha em <http://oxf.am/ZniS>

Uma análise realizada pela Oxfam para este documento revela que embora a distribuição da renda global per capita tenha aumentado entre 1988 e 2011 para o um por cento mais rico e os 10 por cento mais pobres – em 31 por cento e 33 por cento, respectivamente –, esses aumentos tiveram um impacto muito diferente sobre seus padrões de vida. Enquanto a renda per capita do um por cento mais rico aumentou de pouco mais de US\$ 38.000 em PPC (paridade de poder de compra) em dólares internacionais de 2005 para pouco mais de US\$ 49.800 (um aumento de US\$ 11.800),²⁹ a dos 10 por cento mais pobres aumentou de US\$ 196 para US\$ 261 (um aumento de apenas US\$ 65, deixando esse grupo bem abaixo da linha de pobreza extrema de US\$ 1,90 por dia). Embora os dois grupos tenham experimentado aproximadamente o mesmo percentual de crescimento de renda ao longo desse período, o aumento de US\$ 65 per capita registrado para os 10 por cento mais pobres foi ofuscado pelo aumento observado para o um por cento mais rico, que foi 182 vezes maior.

Em termos de estoques de riqueza, a situação é ainda mais desigual. No ano passado, a Oxfam relatou que o um por cento mais rico da população mundial detinha 48 por cento da riqueza total do mundo e que, se essa tendência se mantivesse, mais da metade de toda a riqueza global ficaria em suas mãos até 2016.³⁰ Isso aconteceu um ano antes do previsto pela Oxfam. A riqueza média de cada adulto enquadrado nesse um por cento mais rico é de US\$ 1,7 milhão, mais de 300 vezes maior que a de uma pessoa média dos 90 por cento mais pobres, enquanto a riqueza de muitas pessoas enquadradas nos 10 por cento mais pobres é equivalente a zero ou negativa.³¹ A Oxfam também relatou no ano passado que a riqueza coletiva dos 80 indivíduos mais ricos da lista de bilionários da Forbes aumentou de US\$ 1,3 trilhão em 2010 para US\$ 1,9 trilhão em 2014, o que significa que a sua riqueza é igual à da metade mais pobre da população mundial. Em 2015, os 80 bilionários mais ricos do mundo detinham uma riqueza coletiva superior a US\$ 2 trilhões. Ao mesmo tempo, a

riqueza da metade mais pobre da população do planeta caiu em aproximadamente US\$ 1 trilhão nos últimos cinco anos³² e atualmente apenas 62 bilionários que estão ficando cada vez mais ricos detêm uma riqueza equivalente à da metade mais pobre da população mundial (3,6 bilhões de pessoas). Em 2010, o número desses bilionários era de 388, o que significa que a riqueza ficou ainda mais concentrada nas mãos de poucos.³³

Figura 3: A riqueza dos 62 indivíduos mais ricos do mundo continua a crescer, enquanto a da metade mais pobre da população mundial fica estagnada



Fontes: Riqueza dos 50 por cento mais pobres segundo o relatório *Global Wealth Databook 2015* do banco Credit Suisse. Os dados sobre a riqueza líquida dos 62 indivíduos mais ricos do mundo foram extraídos da lista anual de bilionários da Forbes.

A crescente desigualdade econômica acirra também as desigualdades existentes entre grupos sociais, principalmente a desigualdade de gênero. A desigualdade de gênero é tanto causa como consequência da desigualdade de renda. O FMI verificou recentemente que, em países com níveis mais altos de desigualdade de renda, as desigualdades de gênero na saúde, educação, participação no mercado de trabalho e representação também são mais altos.³⁴ A diferença salarial entre os gêneros, caracterizado pelo fato de mulheres ganharem menos do que homens para realizar o mesmo trabalho, também é mais acentuado em sociedades mais desiguais³⁵ e esse fenômeno é agravado pela segregação profissional e pelas responsabilidades assumidas pelas mulheres com o cuidado não remunerado.³⁶ As mulheres ficam com uma fatia bem menor do bolo econômico que os homens e as rendas mais altas são quase que exclusivamente reservadas para os homens – 445 das 500 pessoas mais ricas do mundo são homens.³⁷ Ao mesmo tempo, as mulheres constituem a maioria dos trabalhadores de baixa remuneração do mundo e estão concentradas nos empregos mais precários.³⁸ Além disso, um estudo sobre economias emergentes concluiu que em países nos quais foram registados os aumentos mais significativos de longo prazo na desigualdade econômica – como na Rússia e na China, por exemplo – foram observadas também reduções mais lentas que a média nas desigualdades de gênero.³⁹

O aumento da desigualdade constitui um problema para todos nós. A OCDE observou que a crescente desigualdade de renda representa um risco para a coesão social que ameaça atrasar processos de recuperação econômica em curso.⁴⁰ O Banco Mundial mencionou que a “promoção da prosperidade

compartilhada” é um dos seus dois principais objetivos em apoio à redução da pobreza.⁴¹ Até o FMI destacou que a desigualdade pode ter consequências negativas não apenas para as pessoas mais afetadas pela pobreza, mas também para a saúde geral das economias.⁴² Para que o mundo possa alcançar seu objetivo de longo prazo acordado recentemente de zerar as emissões de gases de efeito de estufa até a segunda metade do século,⁴³ equacionar a questão da distribuição de emissões também é crucial. A Oxfam demonstrou recentemente que embora as pessoas mais afetadas pela pobreza do mundo vivam em áreas mais vulneráveis a mudanças climáticas, a metade mais pobre da população mundial é responsável por apenas cerca de 10 por cento de todas as emissões globais. Ao mesmo tempo, a média da pegada de carbono do 1% mais rico da população mundial pode ser até 175 vezes maior que o impacto dos 10 por cento mais pobres.⁴⁴

Precisamos reverter essa tendência adotando políticas progressistas capazes de garantir o compartilhamento das recompensas econômicas entre todas as pessoas, em vez de concentrá-las no retorno ao capital. A renda e a riqueza investidas em serviços públicos e infraestrutura poderiam promover melhores oportunidades sociais e econômicas e o acesso a elas por parte da maioria, além de acelerar avanços no sentido da erradicação da pobreza extrema. Esse seria um resultado muito melhor para a sociedade do que a crescente concentração de renda e acumulação de riqueza nas mãos de poucos.

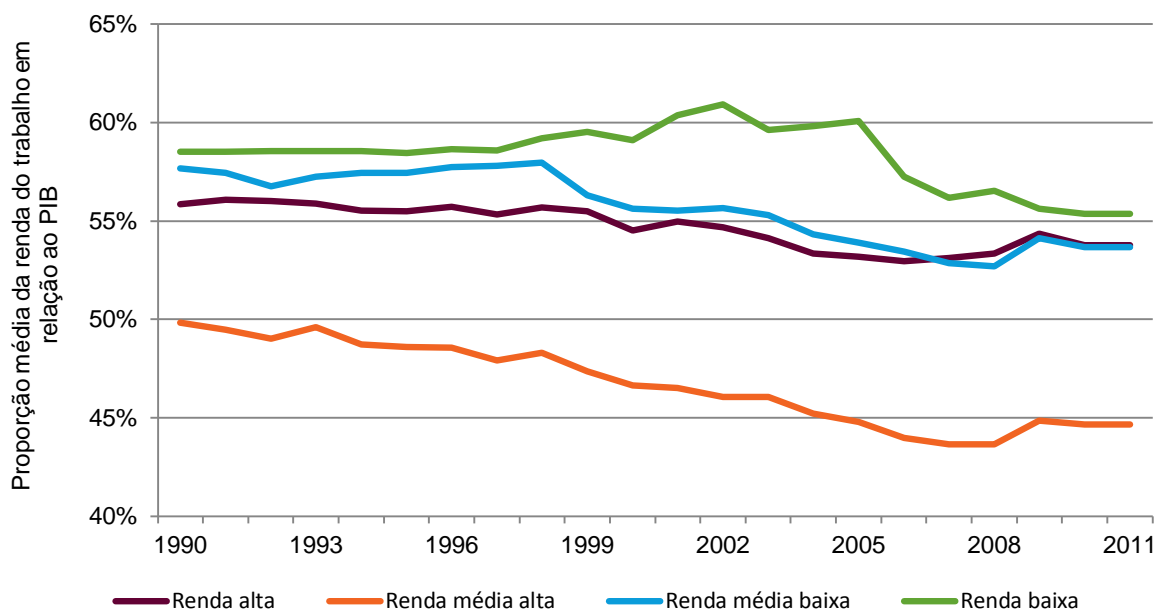
OS DONOS DE CAPITAL E ALTOS EXECUTIVOS PROSPERAM À CUSTA DO TRABALHADOR MÉDIO

A renda pode ser dividida de um modo geral entre a renda do trabalho, gerada por trabalhadores na forma de salários e benefícios, e rendimentos de capital, definidos como dividendos, juros e os lucros retidos das empresas. Nas últimas três décadas, a parcela de renda atribuível ao trabalho vem diminuindo na maioria dos países,⁴⁵ enquanto a parcela atribuível ao capital vem aumentando. Esse fato foi destacado no livro *O Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty, best-seller em 2014, segundo o qual os retornos para donos de capital aumentaram a uma taxa mais acelerada que a do crescimento econômico de um modo geral.⁴⁶ Isso significa que os trabalhadores estão ficando com uma parcela menor dos ganhos resultantes do crescimento.

Essa tendência vem sendo observada tanto em países ricos como em países pobres: a parcela da renda oriunda do trabalho caiu em quase todos os países da OCDE nos últimos 30 anos⁴⁷ e em dois terços dos países de renda baixa e média entre 1995 e 2007.⁴⁸ A América Latina é a única região que contrariou essa tendência, já que foi registrado um aumento na renda salarial ao longo desse período em alguns países da região.⁴⁹ Dados da *Penn World Table* indicam que a parcela média da renda do trabalho em 127 países caiu de 55 por cento em 1990 para 51 por cento em 2011.⁵⁰ A Figura 4 mostra que essa tendência ainda está presente em todas as regiões do mundo. Ao mesmo tempo, os salários não estão acompanhando a produtividade dos trabalhadores.⁵¹ A queda da participação do trabalho na renda reflete o fato de que melhorias na produtividade e o crescimento da produção não se traduzem em aumentos proporcionais nos salários dos trabalhadores. Essa situação tem consequências importantes, já que elimina os vínculos entre a produtividade e a prosperidade. Nos Estados Unidos, a produtividade líquida cresceu 72,2 por

cento entre 1973 e 2014, mas a remuneração por hora do trabalhador médio ajustada pela inflação aumentou apenas 8,7 por cento.⁵²

Figura 4: Renda do trabalho como um percentual do PIB em países com diferentes níveis de renda, 1988-2011



Fonte: Penn World Table. R.C. Feenstra, R. Inklaar e M.P. Timmer (2015) *The Next Generation of the Penn World Table*, no prelo, *American Economic Review*, disponível para download em www.ggdcc.net/pwt

Além de não estarem recompensando os trabalhadores adequadamente por seus esforços, os salários também estão deixando de satisfazer as necessidades de indivíduos e famílias em termos de renda. Na União Europeia, cerca de 9 por cento das pessoas que participam do mercado de trabalho estão correndo o risco de cair na pobreza e essa proporção aumentou ao longo da última década.⁵³ Uma pesquisa realizada pela Oxfam destacou os desafios enfrentados por trabalhadores em situação de pobreza em diferentes países e setores. Um documento informativo lançado recentemente, intitulado *In Work But Trapped in Poverty* (Trabalhando, Mas Presos na Pobreza – na tradução em português), resume uma pesquisa da Oxfam que identifica verificações comuns em cinco setores de cinco países em desenvolvimento – trabalhadores envolvidos em jornadas de trabalho extremamente longas, mas ainda assim presos na pobreza.⁵⁴ Em um estudo mais recente (realizado em julho de 2015), trabalhadores do setor de vestuário de Mianmar afirmaram que, mesmo trabalhando horas extras, não podiam pagar por uma moradia, alimentos e medicamentos com o que ganhavam trabalhando nas fábricas que os contratavam e expressaram preocupação com seus baixos salários, longas jornadas de trabalho e problemas de segurança.⁵⁵ No Marrocos, a Oxfam verificou em 2009 que catadoras de morangos estavam sofrendo diversas violações de seus direitos, inclusive assédio por parte de “fornecedores de mão de obra”, transporte perigoso e salários abaixo do mínimo,⁵⁶ vinculado ao seu extremo desempoderamento em relação aos homens.

A baixa remuneração pode ser agravada por outras vulnerabilidades laborais onde os empregos são precários. Essa afirmação é particularmente verdadeira no caso das mulheres, que constituem a maioria dos trabalhadores de baixa remuneração e dos que têm os empregos mais precários⁵⁷ e são obrigadas a assumir responsabilidades maiores em relação a atividades não remuneradas, o que limita suas possibilidades de assumir funções de liderança ou empregos

mais profissionais ou técnicos.⁵⁸ Na média, as mulheres gastam cerca de 2,5 vezes mais tempo diariamente com atividades não remuneradas que os homens⁵⁹ e estudos têm revelado que suas responsabilidades em relação a essas atividades não se reduzem à medida que a sua participação no mercado de trabalho aumenta.⁶⁰ Os baixos níveis de remuneração das mulheres têm também um efeito cumulativo ao longo de suas vidas, gerando mais insegurança de um modo geral pelo fato de não conseguirem poupar o suficiente ou ter uma aposentadoria para se manter na velhice.⁶¹ É mais difícil para as mulheres encontrar um trabalho decente do que para os homens, como evidenciado, por exemplo, pelo fato de que 84,3 por cento das mulheres na África subsaariana tinham empregos vulneráveis (inclusive trabalho não remunerado no lar) em 2014, contra 70,1 por cento dos homens.⁶² Em muitos países em desenvolvimento, 75 por cento dos empregos de mulheres são informais.⁶³

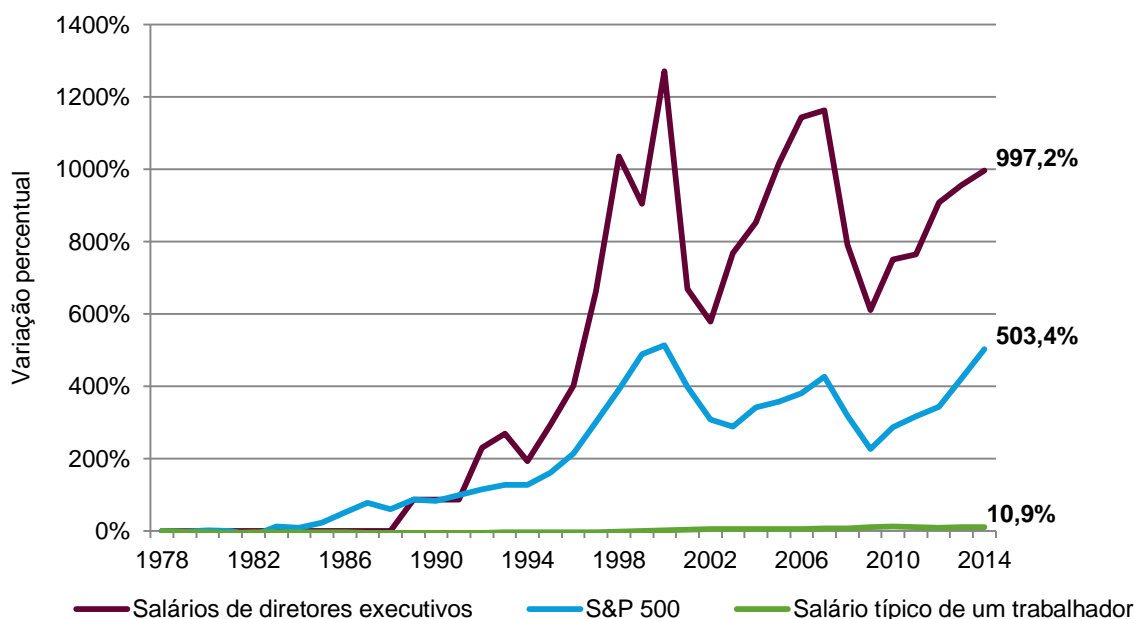
Uma abordagem adotada pelo Governo do Equador oferece um exemplo de uma maneira eficiente de se aumentar salários baixos. A Constituição do Equador de 2008 contém um artigo sobre a necessidade de um salário mínimo e, em 2014, foi adotada uma política de salário mínimo em resposta a essa determinação constitucional. Desde então, o salário mínimo vem aumentando a cada ano em termos reais, a despeito dos elevados níveis de inflação registrados no país; no entanto, o efeito desse aumento sobre o emprego e os salários em nível nacional têm sido limitados devido à não observância dessa política e ao grande número de trabalhadores informais do país.⁶⁴ Empresas que operam no Equador são legalmente obrigadas a pagar um salário mínimo aos seus trabalhadores antes de emitir dividendos aos seus acionistas. Outras abordagens promissoras para se aumentar salários incluem o Protocolo da Liberdade de Associação no setor de roupas esportivas da Indonésia,⁶⁵ o processo de Ação, Colaboração, Transformação (ACT) entre um grupo de marcas de vestuário e a federação sindical mundial Industrial para promover negociações salariais no setor como um todo,⁶⁶ a coalizão Malawi 2020, que assumiu o compromisso de revitalizar a indústria do chá no país e garantir o estabelecimento de um salário mínimo até 2020;⁶⁷ e um esquema de cadastramento introduzido pela *Living Wage Foundation* (Fundação por Salários Dignos) no Reino Unido.⁶⁸ No entanto, iniciativas voluntárias como essas conseguiram aumentar muito pouco a renda de trabalhadores em comparação com as mudanças introduzidas com base em políticas públicas, como no caso do Equador e, em menor medida, na China, que beneficiam todos os trabalhadores e não apenas os que têm algum vínculo com empresas globais.⁶⁹

Além de oferecer empregos de melhor remuneração e decentes, a economia global precisa também aumentar a oferta desses empregos. Isso é particularmente vital no contexto atual de crescimento demográfico e avanços tecnológicos contínuos que oferecem alternativas robóticas e automatizadas para substituir trabalhadores em muitos setores. A despeito de quase 20 anos de crescimento robusto do PIB, as economias africanas estão criando muito poucos empregos em setores nos quais a produção por trabalhador é suficientemente alta para oferecer uma rota de saída da pobreza.⁷⁰ Um aspecto ainda mais preocupante é que os setores que mais estão crescendo em termos de atividade econômica, como o de serviços de alta tecnologia, são os que estão criando menos empregos.⁷¹ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que mais de 201 milhões de pessoas estavam desempregadas em

todo o mundo em 2014, o que constitui um aumento de mais de 31 milhões desde o início da crise financeira global.⁷² Para piorar a situação, a OIT prevê que as perspectivas globais de emprego continuarão a se deteriorar, gerando um aumento de três milhões no número de desempregados somente em 2015. Em todos os países do mundo, os jovens, principalmente mulheres jovens, são os mais afetados pela elevação das taxas de desemprego, considerando que as taxas de desemprego entre eles são quase três vezes mais altas que as registradas entre os adultos.⁷³ A OIT relata que essa tendência é comum em todas as regiões do mundo, a despeito de uma tendência geral de melhora nos níveis de escolaridade.

No entanto, nem todos os participantes do mercado de trabalho saem perdendo. Enquanto a parcela geral da renda dos salários está encolhendo, os altos executivos de empresas estão ficando com fatias cada vez maiores dessa parcela. Em um relatório de 2012, a OCDE verificou que embora o salário dos trabalhadores de baixa renda tenha diminuído, a renda do um por cento mais rico dos assalariados aumentou 20 por cento nas duas últimas décadas.⁷⁴ Esse fato pode ser observado nos aumentos vertiginosos registrados nos contracheques de diretores executivos de empresas. O salário médio (mais bonificações) de um diretor executivo de uma das 350 maiores empresas norte-americanas em 2014 era de US\$ 16,3 milhões por ano, 3,9 por cento mais alto do que em 2013 e 54,3 por cento acima do que um CEO recebia antes do início do processo de recuperação econômica do país, em 2009 (veja a Figura 5).⁷⁵ E esse é um ambiente quase que exclusivamente dominado por homens: apenas 22 dos cargos de direção executiva das empresas listadas no S&P 500 são ocupados por mulheres,⁷⁶ o que significa que essa tendência está contribuindo para aprofundar a diferença salarial entre os gêneros. Os altos salários pagos a diretores executivos de empresas têm provocado um efeito de transbordamento, aumentando o salário de outros executivos e gerentes e contribuindo para duplicar a parcela de renda do um por cento mais rico e do 0,1 por cento das famílias mais ricas dos Estados Unidos entre 1979 e 2007.⁷⁷ A incidência de menores alíquotas marginais de imposto de renda nos últimos 30 anos – o percentual de imposto aplicável à renda – para os níveis mais altos de renda proporcionam um maior incentivo para que pessoas com rendas elevadas se dediquem mais intensamente a transferir mais renda para seus pacotes pessoais de remuneração quando a oportunidade se apresenta.⁷⁸ Observou-se que a diminuição das alíquotas marginais de imposto de renda está fortemente associada à elevação das parcelas de renda antes do pagamento de impostos tanto nos Estados Unidos, como em muitos outros países.⁷⁹

Figura 5: Nos Estados Unidos, os salários de diretores executivos estão aumentando muito mais do que os salários dos trabalhadores médios



Fonte: Extraído de L. Mishel e A. Davis (2015) *CEO Pay Has Grown 90 Times Faster than Typical Worker Pay Since 1978*, EPI. <http://www.epi.org/publication/ceo-pay-has-grown-90-times-faster-than-typical-worker-pay-since-1978/>⁸⁰

Não é apenas em países ricos que os salários pagos a diretores executivos são muito mais altos que a média. Os legisladores da Índia aprovaram um mandato de divulgação pública em 2013 obrigando as empresas a divulgarem publicamente a relação entre os salários pagos aos seus diretores executivos e os pagos aos seus demais funcionários, o que constitui um passo importante no sentido de informar o público sobre o nível de desigualdade dentro das empresas.⁸¹ A Comissão de Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários (*Securities and Exchange Board*) da Índia está, neste momento, disponibilizando ao público a primeira série de informações a esse respeito divulgadas pelas empresas. Essas informações revelam, por exemplo, que o salário do diretor-presidente do maior fabricante de cigarros do país é 439 vezes mais alto que o salário médio pago aos demais funcionários da empresa, enquanto o salário pago ao mais alto executivo da maior empresa de serviços de TI do país é 416 vezes mais alto que o pago ao trabalhador médio da mesma empresa.⁸²

PRIVILÉGIOS, PODER E INFLUÊNCIA IMPULSIONAM A CONCENTRAÇÃO DE RECOMPENSAS ECONÔMICAS

Como as pessoas dependem de economias nacionais para gerar empregos, bens, serviços e estabilidade, são necessárias economias fortes para reduzir a pobreza, principalmente em países mais pobres. Esse fato é importante, embora se reconheça que medidas de crescimento econômico omitem importantes facetas não monetárias do bem-estar e do progresso.⁸³

Há muito tempo, a ideia de mercados livres tem sido promovida como a abordagem mais eficiente para a gestão da economia, com base no pressuposto de que as leis de oferta e demanda garantem os melhores preços possíveis para todos os bens e serviços.⁸⁴ Essa perspectiva tem predominado na economia ortodoxa e influenciado formuladores de políticas há muito tempo, principalmente na década de 1980.

Ela constitui a base do Consenso de Washington, que estabeleceu uma receita para os países em desenvolvimento, reconhecida, de um modo geral, como uma abordagem focada na privatização, na liberalização e na macroestabilidade (que significa principalmente estabilidade de preços). Essa abordagem sugere que a intervenção dos governos na economia produtiva deve ser reduzida ao mínimo para permitir que os mercados floresçam.⁸⁵ Na década de 1990, no entanto, observou-se que o modelo de Consenso de Washington apresentava falhas graves e estava fazendo mais mal do que bem para muitos dos países em desenvolvimento que haviam adotando suas estratégias.⁸⁶ No Egito, por exemplo, observou-se que o fundamentalismo do livre mercado e os programas de ajuste estrutural (PAE) foram fortemente associados com os impactos negativos sobre a capacidade das mulheres de se beneficiarem do crescimento econômico devido a sua concentração em um número limitado de setores econômicos, sua mobilidade reduzida e suas responsabilidades com atividades não remuneradas.⁸⁷

Esse modelo de “solução única” baseou-se no pressuposto de que vivemos em uma “economia perfeitamente competitiva”: todos conhecem os negócios de todos e todos podem participar, um pressuposto que obviamente não se sustenta na vida real. Nesse modelo, empresas compradoras e vendedores empenham-se constantemente em obter vantagens em relação aos seus concorrentes. A inovação tecnológica e organizacional, novos produtos ou serviços e novas maneiras de prestá-los ou fornecê-los podem proporcionar uma vantagem aos vendedores. No entanto, essa vantagem pode também ser obtida por meio de relações arraigadas com pessoas no poder, de distorção das regulações e leis em seu favor e da exploração de falhas de mercado em proveito próprio.

Quadro 1: *Rent-seeking*

“Recursos podem ser usados improdutivamente para reivindicar produção ou riqueza já existentes ou para pressionar pela adoção de políticas que criam benefícios privilegiados. Esse comportamento improdutivo é conhecido em inglês como *rent-seeking*. Em grande parte, essa busca por renda por meio de vantagens, privilégios e ganhos especiais envolve decisões governamentais ou políticas..., mas essa prática também é adotada em relações pessoais e no interior de empresas e burocracias.”

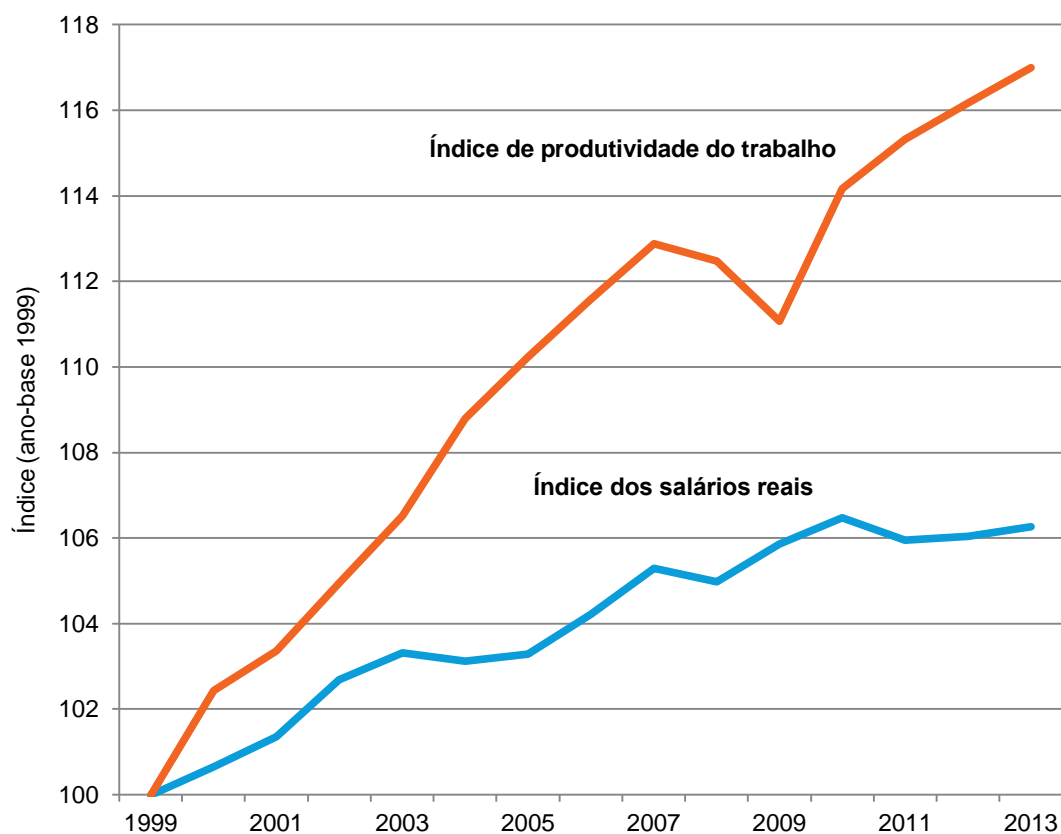
Fonte: R.D. Congleton e A.L. Hilman (2015) *Companion to Political Economy of Rent Seeking*, Editora Edward Elgar Publishing

Nem sempre é necessário investir muito trabalho, esforços e criatividade para gerar retornos lucrativos e garantir uma posição de poder e vantagens econômicas. Na verdade, a geração de renda e riqueza pode estar quase que inteiramente desvinculada da produtividade ou de algum valor agregado. Um exemplo extremo desse fato seria o de um senhor da guerra erguer uma barreira em uma ponte e cobrar uma taxa para que as pessoas possam atravessá-la, embora ele não tenha tido nada a ver com a construção dessa

ponte. No entanto, em muitos casos é mais difícil identificar onde retornos estão desvinculados de qualquer valor. Por exemplo, uma empresa petrolífera pode afirmar que lucros gerados pela extração de petróleo constituem um reflexo genuíno da contribuição econômica de suas atividades em decorrência da sua experiência tecnológica e de seus investimentos iniciais de capital. No entanto, os gigantescos lucros da empresa e os salários milionários dos seus executivos também são gerados em decorrência da sua capacidade de excluir outras empresas desse setor e da demanda internacional por petróleo, que pressiona seus preços para cima; isso acontece com mais intensidade quando o volume de petróleo produzido é menor.

Seria perverso afirmar que as contribuições de 62 bilionários individuais têm o mesmo valor das contribuições de 3,6 bilhões de outras pessoas. É impossível que o diretor executivo de um fabricante de cigarros da Índia seja tão produtivo quanto seus demais 439 funcionários ou que o proprietário de uma loja de roupas do Reino Unido seja capaz de produzir o mesmo que mais de 2.000 trabalhadores.⁸⁸ A distância entre os mais ricos e o restante da população mundial continua, no entanto, a crescer. A diferença entre os salários pagos a diretores executivos de empresas e seus funcionários no Reino Unido aumentou ainda mais desde que a Oxfam publicou seu relatório sobre a desigualdade em 2014. A relação atual é de 183:1.⁸⁹ As recompensas dos donos de capital e dos executivos continuam a crescer,⁹⁰ enquanto o trabalhador médio recebe menos por suas contribuições adicionais, fazendo com que a distância entre a produtividade e os salários dos trabalhadores continue aumentando (veja a Figura 6).

Figura 6: A produtividade dos trabalhadores nos países desenvolvidos aumentou, mas seus salários não subiram na mesma proporção



Fonte: Reproduzido da Figura 7 do relatório *Global Wage Report 2014/15* da OIT. Banco de Dados Salariais Globais da OIT; Modelos de Tendências Econométricas da OIT, abril de 2014.

As práticas adotadas pelos chamados setores clientelistas (*crony sectors*), ilustram como se pode adquirir riqueza intensamente sem gerar benefícios para a sociedade. Os setores clientelistas são os vulneráveis a monopólios ou os que têm um alto envolvimento do Estado, inclusive autoridade governamental para emitir licenças de operação. O aumento da riqueza dos bilionários de setores clientelistas sugere também que riqueza e renda estão sendo adquiridas de maneiras que não geram benefícios ou valor para o restante da sociedade. Usando dados da Forbes para calcular a riqueza concentrada em setores clientelistas, a revista *The Economist* verificou que os bilionários de economias emergentes, que geraram pelo menos parte da sua riqueza a partir desses setores, dobraram seus rendimentos em relação ao tamanho da economia entre 2000 e 2014.⁹¹ A revista verificou também que indivíduos foram beneficiados por projetos de urbanização e pelo aumento associado nos valores de terras e imóveis; que o *boom* dos preços das *commodities* enriqueceu proprietários de recursos naturais em muitos países, do Brasil à Indonésia; e que processos de privatização, alguns dos quais desenvolvidos em condições duvidosas, também geraram retornos lucrativos para novos proprietários privados.⁹²

Considerando a riqueza que indivíduos geraram a partir de setores dependentes do Estado e de países propensos à prática da corrupção, juntamente com heranças milionárias e, portanto, não “conquistada com o próprio suor”, a Oxfam estima que pelo menos 50 por cento das fortunas dos bilionários do mundo poderiam ter sido, pelo menos parcialmente, adquiridos por meios não meritocráticos.⁹³ Na Índia, 46 por cento dos bilionários fizeram suas fortunas a partir de setores que dependem do poder de mercado, influência ou acesso preferencial a licenças.⁹⁴ No México, a riqueza combinada de quatro multimilionários aumentou de uma proporção equivalente a 2 por cento do PIB do país em 2002, para 9 por cento em 2014.⁹⁵ Uma parcela significativa das fortunas desses quatro indivíduos foi feita a partir de setores que foram privatizados, que foram objeto de projetos de concessão e/ou que foram regulados pelo setor público. German Larrea e Alberto Baillères, por exemplo, são proprietários de empresas de mineração que exploraram o *boom* dos preços das *commodities*.⁹⁶

Instituições econômicas e políticas têm o poder de reduzir ou aumentar o ponto até o qual recompensas podem ser desvinculadas do esforço e do mérito. Eles podem e devem controlar a medida de poder de mercado que diferentes setores, empresas e indivíduos podem ter e como usam desse poder. A proteção da propriedade intelectual, por exemplo, pode garantir que os que trabalharam duro e se esforçaram efetivamente para desenvolver um determinado produto sejam devidamente recompensados, ou pode gerar oportunidades para que empresas e indivíduos dominem mercados. Vantagens competitivas temporárias oriundas da inovação podem se tornar permanentes com base em emendas na legislação e regulações que podem distorcer o mercado para sempre.

Em princípio, a economia de um país e seu sistema político são separados, mas, como a Oxfam mostrou em seu documento *Working for the Few* (Trabalhando Para Poucos), lançado em 2014, eles são, na verdade, intrinsecamente vinculados.⁹⁷ A relação entre o poder político e econômico e a desigualdade gera um ciclo que afeta o desenho das instituições estabelecidas para gerir as economias.⁹⁸ A riqueza tem o potencial de influenciar a formulação de políticas governamentais e distorcer as regras em favor dos ricos, em muitos

casos em detrimento de todos os demais. As consequências desse fenômeno incluem a erosão da governança democrática, a diminuição da coesão social e a redução da igualdade de oportunidades para todos. No passado, alguns excessos eram amenizados pelo poder de trabalhadores sindicalizados e sua influência sobre instituições econômicas, mas o declínio global da sindicalização do setor privado reduziu esse poder, contribuindo, assim, para aumentar a desigualdade.⁹⁹

Nos últimos 35 anos, decisões de desregular e privatizar, juntamente com o advento da era da informação e da globalização, geraram novas oportunidades. No entanto, essas forças permitiram também que diferentes setores, empresas e indivíduos concentrassem uma parcela desproporcional de poder econômico em suas mãos. Esse fenômeno não é benigno. A concentração do poder econômico é usada para promover os interesses desses setores, empresas e indivíduos, criando um ciclo vicioso e injusto que mantém e aumenta o controle da elite sobre mercados e recursos econômicos à custa de todos os demais, de concorrentes a empregados. As mulheres, particularmente, ficam em desvantagem, já que são sub-representadas em cargos de liderança e super-representadas em setores de baixa remuneração, na economia informal e em atividades não reconhecidas e não remuneradas. Para que a prosperidade possa ser compartilhada e as pessoas possam ter a oportunidade de participar do crescimento econômico e sentir que seu trabalho vale a pena, as instituições que determinam como nossas economias devem funcionar precisam representar os interesses das pessoas comuns e não daqueles política e economicamente mais poderosos.

As evidências analisadas na Seção 1 destacam tendências urgentes e preocupantes. O mundo não está com falta de renda, que continua a crescer; ou de riqueza, que continua a se acumular. É injusto que pessoas que vivem em situação de pobreza não estejam recebendo o reforço salarial de que precisam desesperadamente, enquanto donos de capital já privilegiados ficam com uma parcela maior da renda e da riqueza, que estão ficando cada vez mais concentradas, aumentando a desigualdade.

2 PODER E PRIVILÉGIOS EM AÇÃO

Com base nas tendências e evidências globais analisadas na seção 1, a seção 2 deste documento analisa mecanismos, organizações e indivíduos que oferecem evidências de que o poder econômico e político está sendo exercido para moldar normas e instituições em favor de uma elite minoritária.

Inicialmente, ela examina a arquitetura do sistema fiscal global, que tem um impacto sobre todas as empresas e indivíduos. Em seguida, considera alguns setores específicos nos quais pessoas em posições de poder e influência estão tendo ganhos substanciais, e como os custos ambientais, sociais e financeiros gerados por esses ganhos recaem sobre pessoas comuns. Os três setores enfocados – extrativo, financeiro e de vestuário – são diferentes em suas estruturas e importância em diferentes economias, mas todos têm a tendência de excluir pessoas comuns das recompensas que geram. Posteriormente, esta seção identifica estruturas empresariais e disposições legais que facilitam a concentração de poder econômico e, por último, enfoca o poder que indivíduos ricos têm de manipular as normas em seu favor.

AS ELITES ESTÃO MOLDANDO O SISTEMA FISCAL MUNDIAL E MANTENDO PARAÍDOS FISCAIS ABERTOS PARA NEGÓCIOS

Em todos os países do mundo, receitas fiscais financiam serviços públicos, infraestrutura, órgãos reguladores, sistemas de seguridade social e outros bens e serviços que os mantêm funcionando. Regimes fiscais justos são vitais para financiar o bom financiamento e eficiência dos Estados e para permitir que seus governos cumpram com suas obrigações de garantir os direitos dos cidadãos a serviços essenciais como saúde e educação. Particularmente em países em desenvolvimento, que têm uma necessidade ainda maior de fortalecer seus serviços de saúde e educação para atender seus milhões de cidadãos que ainda vivem em situação de pobreza extrema, as receitas fiscais representam uma maneira sustentável de levantar recursos para esse fim e a adoção de um sistema fiscal bem concebido e progressista pode garantir que os que podem pagar mais façam uma contribuição maior. No entanto, os códigos fiscais nacionais, bem como a estrutura tributária internacional, podem não lograr esse intento e funcionar no sentido inverso, onerando mais intensamente pessoas que são mais afetadas pela pobreza.^{100 101}

A atual arquitetura tributária global também enfraquece a capacidade dos governos de cobrar impostos devidos por facilitar a sonegação fiscal transfronteiriça e a ocultação de riqueza. Em particular, paraísos fiscais¹⁰² e centros financeiros *offshore*, que podem caracterizar-se pelo sigilo e por regimes de baixa ou nenhuma tributação, constituem um dos mecanismos mais obviamente usados para permitir que indivíduos e empresas deixem de cumprir suas obrigações fiscais. Os governos estão longe de reprimir eficazmente a prática global da evasão fiscal e sua rede associada de paraísos fiscais.¹⁰³ Esse sistema é explorado por facilitadores profissionais privados muito bem remunerados e engenhosos dos setores bancário, jurídico, contábil e de

investimentos que sabem tirar proveito de uma economia global cada vez mais sem fronteiras ou atritos. As empresas e indivíduos mais ricos, que num sistema fiscal progressista deveriam ser os que mais pagam impostos, são os que têm os maiores incentivos para explorar essa arquitetura no sentido de evitar o pagamento da sua parcela justa de impostos e que podem se dar ao luxo de contratar esses facilitadores.

A exploração de brechas fiscais e o envolvimento em esquemas de evasão fiscal de grande escala são elementos intrínsecos das estratégias adotadas por muitas empresas multinacionais para aumentar seus lucros. As empresas podem transferir artificialmente a propriedade de ativos ou os custos reais das suas operações para subsidiárias de fachada, estabelecidas em jurisdições de baixa tributação ou que não exigem a divulgação de informações comerciais relevantes. Os lucros desaparecem dos países nos quais a atividade econômica dessas empresas é efetivamente exercida e passam a existir apenas em paraísos fiscais. Em 2012, por exemplo, multinacionais dos Estados Unidos relataram lucros de US\$ 80 bilhões nas Bermudas – valor superior ao que relataram ter obtido conjuntamente no Japão, China, Alemanha e França. Essa cifra gigantesca – equivalente a 3,3 por cento de todos os lucros obtidos por essas empresas no mundo inteiro – obviamente não reflete sua efetiva atividade econômica nas Bermudas, onde suas vendas somam apenas 0,3 por cento do total e o percentual do seu número total de funcionários ou custos salariais totais não passam de 0,01 a 0,02 por cento.¹⁰⁴

Empresas que reduzem suas contas fiscais (por meio de mecanismos como a evasão fiscal legal e ilegal) podem desenvolver uma vantagem significativa em relação aos seus concorrentes e pequenas e médias empresas (PME) nos países nos quais atuam. O sistema *offshore* e a concorrência fiscal desleal também estão privando governos de bilhões de dólares em receitas fiscais a cada ano. Embora os montantes exatos envolvidos continuem sendo um mistério, é óbvio que se trata de um problema de grandes proporções. A Oxfam analisou dados publicamente disponíveis sobre mais de 200 empresas, que incluem as 100 maiores empresas do mundo e empresas que são parceiras estratégicas do Fórum Econômico Mundial, e identificou evidências de que nove em cada dez dessas empresas estão presentes em pelo menos um paraíso fiscal.¹⁰⁵ Dados do FMI revelam que os investimentos de empresas nesses mesmos paraísos fiscais aumentaram quase quatro vezes entre 2000 e 2014.¹⁰⁶ O uso de paraísos fiscais e de outras práticas de sonegação fiscal afeta países de todos os níveis de renda, inclusive os países mais pobres do mundo. Estima-se que a sonegação fiscal por parte de multinacionais custe cerca de US\$ 100 bilhões anualmente em receitas fiscais perdidas.¹⁰⁷

Como as declarações fiscais de empresas multinacionais e indivíduos ricos ficam aquém do seu potencial, só restam duas opções aos governos: cortar gastos essenciais para reduzir a desigualdade e a privação ou compensar o déficit cobrando impostos mais altos de outros setores menos ricos da sociedade e de empresas menores que atuam na sua economia interna. Nessas duas opções, as pessoas mais afetadas pela pobreza são as que saem perdendo e, nesse processo, a desigualdade cresce.

O mundo *offshore* e a opacidade que ele oferece garantem um refúgio seguro para a lavagem de dinheiro oriundo da corrupção política, da venda ilegal de armas e do tráfico internacional de drogas, contribuindo para a disseminação do crime organizado no mundo e facilitando a pilhagem de recursos públicos

por parte de elites corruptas. A evasão fiscal foi corretamente descrita pela Ordem Mundial dos Advogados como um abuso de direitos humanos¹⁰⁸ e pelo Presidente do Banco Mundial como “uma forma de corrupção que prejudica pessoas afetadas pela pobreza”. A crise da desigualdade não poderá ser superada enquanto não dermos um fim à era dos paraísos fiscais de uma vez por todas.

Deveríamos ter chegado a um consenso global em torno de uma abordagem mais eficiente de combate a práticas fiscais perniciosas há muito tempo. Há dezoito anos, um relatório da OCDE intitulado *Harmful Tax Competition* (Concorrência Fiscal Nociva) propôs que os países deveriam “considerar a possibilidade de revogar suas convenções fiscais com paraísos fiscais” listados pela organização.¹⁰⁹ Infelizmente, os países membros da OCDE que atuam, na prática, como paraísos fiscais, juntamente com outros membros poderosos que abrigam as maiores empresas do mundo, conseguiram bloquear avanços nesse sentido naquele momento. Lamentavelmente, ainda estamos pagando o preço dessa falta de vontade política. A tentativa mais recente do projeto Erosão da Base Fiscal e Transferência de Lucros (BEPS, na sigla em inglês) do G20/OCDE, endossado pelos líderes do G20 em novembro de 2015, representou outro esforço que surtiu pouco efeito em termos de coibir práticas fiscais perniciosas¹¹⁰ e outras tentativas de adoção de normas mais rígidas para esse fim também perderam força.¹¹¹ Esse processo ofereceu uma oportunidade histórica para se reverter todos os escândalos e práticas abusivas que têm sido manchetes em todo o mundo – mas a oportunidade foi desperdiçada.

SETORES *INSIDERS* (AQUELES QUE TÊM INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA)

Indústrias extrativas

O petróleo, o gás e os minérios são recursos não renováveis que desempenham um papel dominante nas economias de muitos países. Nesses países, as oportunidades de geração de renda e riqueza, avanços tecnológicos e receitas governamentais associadas às atividades do setor ofuscam aquelas oportunidades disponíveis em outros setores produtivos. No entanto, os ganhos expressivos oferecidos por esse setor podem, em alguns países, estar extremamente concentrados nas mãos de poucos e gerar uma economia focada na extração de valor desses ativos e não na inovação, na criação de empregos e em empreendimentos que beneficiem a maioria.

Governos e empresas ganham dinheiro com recursos naturais quando a tecnologia e o *know-how* permitem a sua extração a um custo economicamente viável e quando os mercados internacionais de *commodities* mantêm os preços em níveis elevados. Oportunidades de gerar retornos elevados também são apoiadas por leis, pela geologia e por conhecimentos especializados que isolam as atividades do setor de forças competitivas do mercado, criando, efetivamente, monopólios. O controle do setor geralmente fica nas mãos de empresas estatais, algumas das quais, como no caso da Sonangol de Angola, são responsáveis tanto pela administração como pela regulação.¹¹² Esse controle pode também ficar concentrado nas mãos de particulares: por exemplo, a venda da gigante petrolífera russa Yukos para Mikhail

Khodorkovsky em 1995 criou, na prática, um monopólio petrolífero privado com enorme poder econômico e domínio do mercado.¹¹³

Enquanto as recompensas se acumulam nas mãos de poucos, esses poucos raramente arcam com os custos econômicos, sociais e ambientais mais amplos gerados pelas atividades do setor, com os quais as pessoas comuns não podem deixar de arcar. Localmente, as atividades extrativas afetam os lares e os ambientes das pessoas. No Brasil e no México, por exemplo, povos indígenas são desproporcionalmente afetados quando florestas são derrubadas para dar lugar a projetos de mineração ou de agricultura intensiva de grande escala e seu espaço de vida é destruído.¹¹⁴ Os custos também são arcados por pessoas que trabalham em outros setores econômicos, na medida em que a valorização de moedas locais afeta a competitividade de outras indústrias de exportação; que investimentos e subsídios nacionais alocados para o setor são priorizados em detrimento de outros; e que a oferta de grandes salários atrai os trabalhadores mais preparados. No longo prazo, os impactos da extração desses recursos em termos de mudanças climáticas serão sentidos por muitas pessoas nos próximos anos e além das fronteiras nacionais.¹¹⁵

Os atores do setor de extrativas estão empenhados em capitalizar o potencial de ter retornos substanciais e usar seu poder econômico e acesso a políticos para manter sua posição e garantir mais vantagens. Subsídios governamentais, por exemplo, são canalizados para o setor no sentido de garantir que ele se mantenha financeiramente robusto; um benefício nem de longe disponível, na mesma proporção, a formas mais ecológicas e sustentáveis de geração de energia. Só os governos dos países do G20 estão disponibilizando US\$ 452 bilhões por ano em subsídios para a produção de combustíveis fósseis.¹¹⁶ Os contratos e os financiamentos relacionados a esse setor são mantidos, em grande parte, em sigilo; grupos com interesses têm se empenhado intensamente em bloquear a aprovação de leis concebidas para promover uma maior transparência nas receitas do setor extrativo e reforçar a sua *accountability*. O Instituto Americano do Petróleo (API, na sigla em inglês), um dos maiores adversários de medidas dessa natureza, gastou pelo menos US\$ 360 milhões em atividades de *lobby* junto ao governo dos Estados Unidos entre 2010 e 2014.¹¹⁷ Em que pesem evidências conclusivas do papel desempenhado pelos hidrocarbonetos na aceleração de mudanças climáticas, interesses do setor continuam a financiar centros de estudos que refutam a existência de mudanças climáticas.¹¹⁸ Há relatos de que a *ExxonMobil* vem deliberadamente refutando a existência de qualquer vínculo entre combustíveis fósseis e mudanças climáticas há mais de 30 anos.¹¹⁹

A Nigéria é o maior exportador de petróleo da África, com receitas petrolíferas equivalentes a 70 por cento de todas as receitas do governo em 2011¹²⁰ e a 90 por cento de todas as receitas de exportação do país. Empresas petrolíferas internacionais dominam as atividades do setor, gerando bilhões de dólares em lucros, e os proprietários do bloco do petróleo da Nigéria também têm lucrado muito, o que possibilitou a alguns indivíduos tomarem-se bilionários.^{121 122} O setor caracteriza-se por uma relação estreita e perniciosa entre política e economia, a qual minou a possibilidade de a receita do setor ser distribuída de forma justa para a população. Um relatório recentemente divulgado para a imprensa nigeriana revelou uma lista de pessoas que são proprietárias de blocos de petróleo devido à sua capacidade de usar a máquina do Estado para esse fim.¹²³ Condições previstas nos contratos das empresas petrolíferas internacionais, que exigem que elas desenvolvam parcerias com empresas

locais, têm sido exploradas por elites políticas corruptas para criar empresas de fachada para capturar uma fatia das recompensas.

Enquanto essas dinâmicas funcionam bem entre os econômica e politicamente poderosos, mais da metade da população não é beneficiada pelo setor e vive em condições de pobreza extrema, ganhando menos de US\$ 1,90 por dia.¹²⁴ O desvio de receitas petrolíferas e o *lobby* proativo de empresas para reduzir suas contribuições para o orçamento nacional (veja o Quadro 2), reduz os recursos disponíveis para o financiamento de serviços públicos essenciais e da infraestrutura necessária para reduzir a pobreza. Os cidadãos mais pobres são também forçados a viver em ambientes marcados pela destruição ambiental, como na área do Delta do Rio Níger, que só deve ficar limpa em 30 anos.¹²⁵ Reconhecendo esses desafios e a importância de uma melhor fiscalização do setor, o novo governo do país, eleito em maio de 2015, fez alguns pronunciamentos abrangentes sobre políticas que pretende adotar e tomou medidas para corrigir a situação, entre as quais a ideia de reativar refinarias locais de pequeno porte e de exigir que a *Nigerian National Petroleum Corporation* (NNPC) divulgue seus custos operacionais mensais pela primeira vez na sua história.¹²⁶

Quadro 2: As empresas petrolíferas da Nigéria têm combatido ativamente medidas fiscais capazes de beneficiar comunidades

Um projeto de lei para o setor petrolífero foi proposto pela primeira vez em 2007 e vem sendo debatido há anos. A legislação proposta prevê um novo imposto de 10 por cento sobre os lucros do setor cuja receita deverá ser canalizada para comunidades locais, além da cobrança de taxas de *royalties* mais altas. As empresas de petróleo (principalmente a *Shell*, *ExxonMobil*, *Chevron*, *Texaco* e *Total*, todas as quais são membros da *Oil Producers Trade Section* [OPTS], um grupo de empresas multinacionais com operações na Nigéria) têm combatido a nova lei, como atestam diversos relatórios, um dos quais menciona o seguinte: “Empresas petrolíferas internacionais têm feito um *lobby* intenso no sentido de tornar mais brandas as exigências fiscais propostas no já bem conhecido projeto de lei para o setor petrolífero (*Petroleum Industry Bill* - PIB).¹²⁷

O novo presidente da Nigéria, Muhammadu Buhari, tomou posse em 29 de maio de 2015. Em 4 de junho, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei. No entanto, em 9 de julho circularam informações de que o novo governo pretende trazer o projeto de lei de volta à estaca zero e, principalmente, que ele iria rever seus termos fiscais”,¹²⁸ de acordo com documentos vazados de dentro do partido do governo.¹²⁹ A campanha parece ter sido bem sucedida. Segundo essas informações, “o novo governo ainda precisará determinar qual será o teor do novo projeto de lei, mas afirma que ele se baseará em consultas com empresas petrolíferas internacionais”.¹³⁰

Fonte: Estudo de caso compilado por Mark Curtis da empresa *Curtis Research*

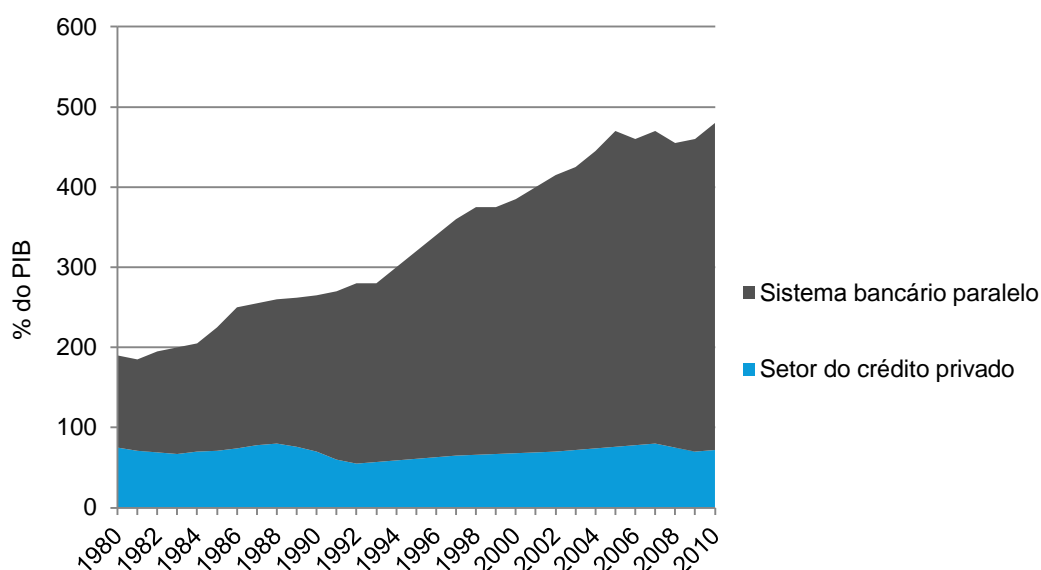
O setor financeiro

O setor financeiro cresceu rapidamente nas últimas décadas, impulsionado, principalmente, pelo crescimento de grandes bancos e outras empresas financeiras nos Estados Unidos, Canadá e Europa.¹³¹ Atualmente, o setor responde por cerca de 15 por cento do PIB global.¹³² Ele também criou algumas das maiores e mais rentáveis empresas do mundo, entre as quais 437 das 2.000 maiores empresas do mundo em 2014, de acordo com o ranking "Global

2000" da Forbes; as empresas financeiras nesse grupo têm ativos cinco vezes maiores, em média, que os de empresas não financeiras.¹³³ Globalmente, o setor disponibilizou acesso a serviços financeiros a mais pessoas do que nunca: atualmente, 62 por cento da população mundial adulta tem uma conta bancária, contra 51 por cento em 2011.¹³⁴ Ele também ajudou a gerar enormes riquezas para indivíduos, considerando que 20 por cento de todos os bilionários em dólares do mundo em 2014 estavam listados como tendo interesses ou atividades relacionados aos setores financeiro e de seguros.¹³⁵

Desde 1980, as atividades do setor financeiro se ampliaram e ele passou a oferecer mais do que serviços financeiros para cidadãos e empresas. Atualmente, elas incluem um conjunto sofisticado de ferramentas e processos desenvolvidos para gerar valor a partir de transações, especulação e preços de ativos que não têm relação com a agregação de valor, produção ou produtividade da economia real, mas dominam o setor neste momento.¹³⁶ Isso tem sido facilitado pelo processo de desregulamentação do setor financeiro observado nos últimos 30 anos.¹³⁷ O "sistema bancário paralelo" (*shadow banking* no inglês, setor composto de intermediários financeiros não bancários que não estão sujeitos a supervisões regulatórias) vem dominando as atividades do setor financeiro, como mostra a Figura 7.¹³⁸ Nos Estados Unidos, o setor financeiro já responde por cerca de 30 por cento de todos os lucros operacionais, o que representa o dobro da sua participação na década de 1980;¹³⁹ no entanto, ele é responsável por menos de 10 por cento do valor agregado à economia.¹⁴⁰ Em nível individual, estima-se que cerca de 30 a 50 por cento da renda dos trabalhadores do setor financeiro é bem superior ao que eles agregam em termos de valor.¹⁴¹ O melhor exemplo inquestionável da separação do valor agregado da renda é o dos pacotes de remuneração das equipes de altos executivos dos bancos de investimentos *Bear Stearns* e *Lehman Brothers*, que ganharam US\$ 650 milhões e US\$ 400 milhões, respectivamente, entre 2003 e 2008 – quando essas duas empresas estavam prestes a sofrer uma das falências mais impressionantes da história financeira americana.¹⁴²

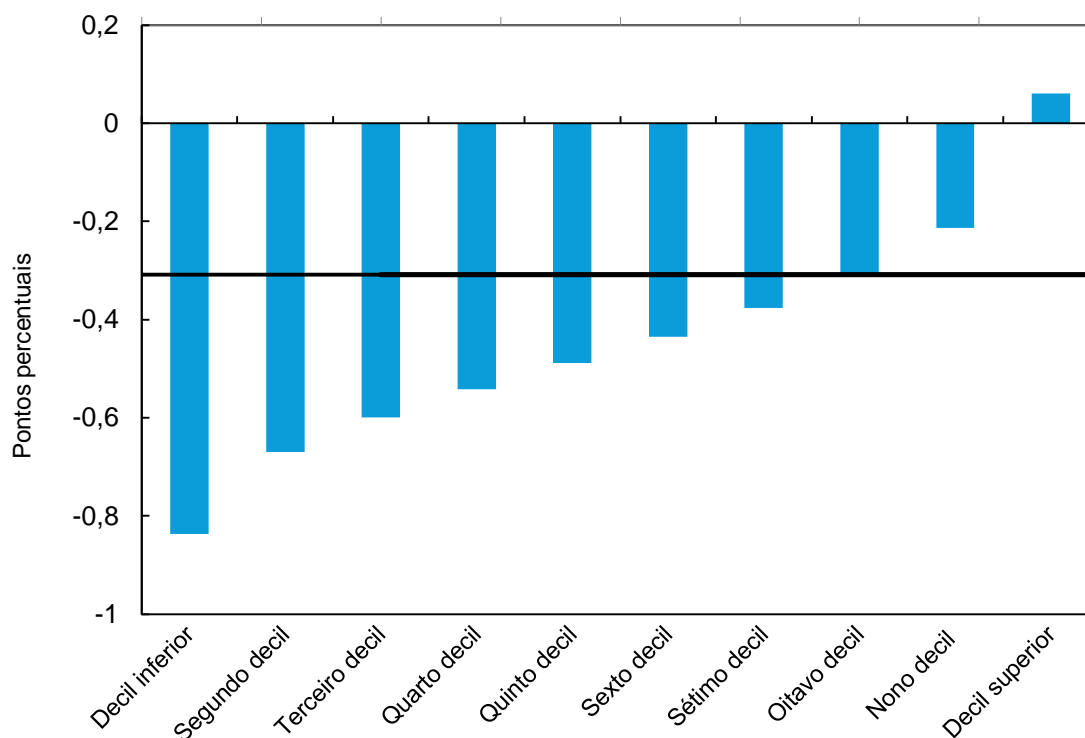
Figura 7: O crescimento do setor financeiro em termos de percentual do PIB nos Estados Unidos foi impulsionado mais pelo crescimento nas atividades do sistema bancário paralelo do que pelo aumento do crédito privado



Fonte: R. Sahay et al. (2015) *Rethinking Financial Deepening*, FMI.

À medida que os lucros e a renda no setor financeiro crescem mais aceleradamente do que a economia real,¹⁴³ aumenta a distância entre os extremamente ricos com interesses nesse setor e todas as outras pessoas, aprofundando a desigualdade. O setor financeiro paga salários desproporcionalmente altos aos seus empregados, acirrando a desigualdade salarial e ampliando a lacuna salarial entre os gêneros, já que os homens ganham 22 por cento mais do que mulheres com perfis semelhantes. À medida que o setor financeiro cresce, é oferecido crédito às famílias que não tinham acesso a empréstimos anteriormente, mas os termos e condições do crédito oferecido podem aumentar a desigualdade, já que pessoas de renda mais alta usufruem de melhores oportunidades de investimento e retornos mais elevados (veja a Figura 8), enquanto que o custo do crédito para pessoas de baixa renda é muito mais alto. Esse problema está se tornando cada vez mais sério onde os mercados financeiros são excessivamente desregulamentados.¹⁴⁴ Grandes setores financeiros sob uma regulação financeira fraca podem gerar um ambiente no qual os preços do risco de crédito são fixados em níveis excessivamente baixos, levando ao tipo de operações e comportamentos que resultaram na crise financeira de 2008.¹⁴⁵ Os bancos acabaram sendo resgatados com recursos públicos, que serão pagos por pessoas comuns dessa e das próximas gerações que as sucederão. Como o sistema financeiro e as economias globais são interconectados,¹⁴⁶ os custos do arrefecimento econômico prolongado atingem a todos. Medidas de austeridade adotadas na Europa, por exemplo, foram mais duras para as pessoas mais pobres,¹⁴⁷ enquanto nos Estados Unidos os ricos foram os primeiros a se recuperar – e muitíssimo bem –, já que o 1 por cento mais rico do país ficou com 95 por cento dos resultados do crescimento econômico pós-crise.¹⁴⁸

Figura 8: A maldição financeira – um setor financeiro maior prejudica mais intensamente os mais pobres e beneficia os mais ricos¹⁴⁹



Obs.: Os efeitos simulados de uma expansão no mercado de crédito e ações variam ao longo do espectro de distribuição da renda; a figura revela um vínculo entre o crescimento da renda familiar em diferentes decis e uma expansão de 10% do PIB no mercado de crédito intermediado. Fonte: <http://www.oecd.org/eco/How-to-restore-a-healthy-financial-sector-that-supports-long-lasting-inclusive-growth.pdf>

O desenvolvimento de ferramentas e instrumentos sofisticados para gerir fluxos financeiros em nível mundial permitiu também que empresas e indivíduos retirassem ilicitamente seu dinheiro de diferentes jurisdições em todo o mundo, sem que essas operações fossem rastreadas.¹⁵⁰ O setor bancário, em particular, estabeleceu uma forte presença em paraísos fiscais, proporcionando um refúgio seguro para sonegadores fiscais. Na sua maior parte, a riqueza mantida *offshore* é administrada por apenas 50 bancos e os 10 bancos em maior atividade no mundo administram 40 por cento desses ativos.¹⁵¹ Os bancos têm feito um *lobby* pesado para preservar paraísos fiscais para empresas internacionais que desejam sonegar impostos.¹⁵²

Além disso, observou-se que as economias de países com um setor financeiro grande e dominante cresceu mais lentamente ao longo do tempo do que outras economias mais equilibradas, à medida que um setor financeiro dominante empurrava outros setores produtivos para fora do mercado.^{153 154} Globalmente, o crescimento do setor financeiro está também tendo um impacto sobre outras economias, fora daquelas que ele domina atualmente. Em mercados emergentes, nos quais a maioria dos cidadãos ainda tem uma grande necessidade de ter acesso a empréstimos, já são observados sinais preocupantes de que o setor está primordialmente empenhado em satisfazer os interesses de financiadores e acionistas, trabalhando com empresas que apresentam altas margens de lucros, em vez de prestar serviços para a economia como um todo.¹⁵⁵ As mulheres são particularmente prejudicadas quando o setor financeiro não é desenhado para satisfazer suas necessidades; nos países em desenvolvimento, por exemplo, observou-se no ano passado que as mulheres têm uma propensão 20 por cento menor de ter uma conta bancária formal do que os homens e 17 por cento menor de contrair empréstimos junto a uma instituição formal.¹⁵⁶

O sucesso econômico traz poder e influência, particularmente sobre políticas e instituições estabelecidas para controlar e regular as atividades do setor. Empresas usam seus recursos financeiros para pagar milhares de lobistas para influenciar formuladores de políticas diretamente. Em 2014, empresas financeiras e seguradoras gastaram pouco menos de US\$ 500 milhões com atividades de *lobby* apenas em Washington.¹⁵⁷ Os investimentos de empresas financeiras em agendas e centros de estudos também têm uma grande influência: por exemplo, em 2014 o setor financeiro doou pelo menos 1,3 milhões de libras para financiar os 18 centros de estudos mais prestigiados do Reino Unido – o que gerou questionamentos em relação à sua independência.¹⁵⁸ Segundo uma análise, reguladores governamentais sobrecarregados de trabalho precisam enfrentar "advogados, lobistas e centros de estudos financiados – todos os quais têm tempo e recursos para apresentar argumentos jurídicos e econômicos extensos, senão claramente tendenciosos"¹⁵⁹.

Em nível individual, gerentes do setor financeiro também exploram oportunidades de garantir renda para si, em alguns casos por meios ilícitos.¹⁶⁰ Uma pesquisa recente sobre os trabalhadores do setor financeiro nos Estados Unidos e no Reino Unido revelou que mais de um terço (34 por cento) dos que ganham US\$ 500.000 ou mais por ano havia testemunhado ou tinha conhecimento de primeira mão de irregularidades no seu local de trabalho. Vinte e três por cento dos entrevistados acreditavam que colegas de trabalho haviam provavelmente se envolvido em atividades ilegais ou antiéticas para

obter alguma vantagem, percentual quase duas vezes mais alto que os 12 por cento que fizeram a mesma afirmação em

2012.¹⁶¹ Da mesma maneira, um terço dos profissionais do setor financeiro do Reino Unido sente-se sob pressão para deixar de lado seus padrões éticos no local de trabalho.¹⁶² Recentes escândalos registrados em todo o mundo relacionados a banqueiros envolvidos na concessão de empréstimos predatórios e discriminatórios, em práticas abusivas de cartão de crédito, na manipulação do mercado (por exemplo, da taxa Libor) e em uma série de outros crimes levaram à opinião generalizada de que há também uma deficiência moral, uma cultura de corrupção, no setor.¹⁶³

O setor de vestuário

O aumento do comércio transfronteiriço resultante da globalização criou oportunidades para que economias de baixa renda se tornassem muito competitivas em mercados internacionais de bens e serviços que exigem uma grande concentração de funcionários para sua produção e entrega de produtos. Alguns países, particularmente no Leste Asiático, abraçaram essa oportunidade e, para tirar melhor proveito dela, os empregos de baixa remuneração passaram a constituir a base essencial do seu crescimento e desenvolvimento. A China, por exemplo, experimentou um rápido crescimento baseado em exportações nas últimas três décadas, quando criou milhões de empregos¹⁶⁴ e permitiu que centenas de milhões de pessoas saíssem de situações de pobreza extrema pela via do trabalho. O crescimento do setor de vestuário de muitas economias asiáticas tem sido particularmente fundamental para as suas estratégias de desenvolvimento.

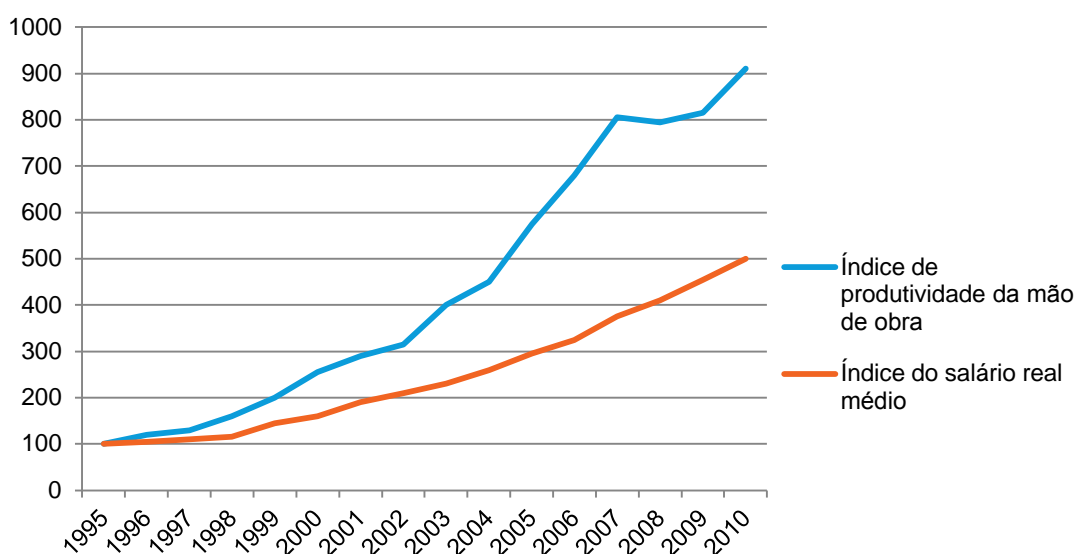
Para o setor de vestuário, que é intensivo em mão de obra, manter os salários baixos e a produtividade alta é crucial para o sucesso. Principalmente nos Estados Unidos e na Europa, as empresas de varejo têm procurado deliberadamente adotar um modelo de produção baseado na terceirização para economias de baixa renda, tirando proveito de mudanças globais no campo das políticas e no terreno político. A estrutura resultante cria uma separação entre o lado de varejo do negócio, no qual os preços são estabelecidos e a reputação das marcas é fundamental, e o lado da produção, diluindo a responsabilidade das empresas em relação aos seus trabalhadores e tornando menos rigorosas as condições nas quais eles são empregados. As empresas compradoras de artigos de marcas globais podem recorrer a diversos fornecedores em potencial no mundo, fazendo com que esses fornecedores se mantenham em um estado constante de concorrência entre eles por contratos e colocando trabalhadores de baixa remuneração uns contra os outros em diversos países e em uma situação de pouca influência na cadeia de abastecimento.

A pesquisa sugere que seus salários poderiam ser aumentados com base em aumentos mínimos nos preços pagos pelos varejistas ou consumidores.¹⁶⁵ No entanto, pressões de preços e o poder limitado de negociação salarial dos trabalhadores geram resistência a esses pequenos aumentos devido ao seu impacto sobre os lucros.¹⁶⁶ Governos empenhados em atrair investimentos e gerar empregos têm também um incentivo para não mexer nessa situação, que mantém os custos trabalhistas nos níveis mais baixos possíveis para investidores internacionais; eles frequentemente oferecem ainda mais estímulos para empresas multinacionais contratarem mão de obra local na forma de incentivos fiscais e acesso à terra e fazendo vista grossa a possíveis

riscos ambientais. Por essa razão, embora a produtividade do setor de vestuário tenha dobrado na China, por exemplo, os salários só tiveram um aumento equivalente à metade do valor dessa maior produtividade (veja a Figura 9).¹⁶⁷

Na verdade, entre 2001 e 2011, os salários dos trabalhadores do setor de vestuário da maioria dos 15 países que mais exportam artigos de vestuário caiu em termos reais.¹⁶⁸ A aceitabilidade de se pagar salários mais baixos a mulheres tem sido citada como um fator crucial para se aumentar lucros; em muitos casos, as funções de remuneração mais baixa desempenhadas por mulheres e as desigualdades de gênero são especificamente citadas como facilitadoras desse processo.¹⁶⁹ Essa situação obviamente gera dividendos para empresas situadas no topo da cadeia de abastecimento, já que os custos de produção continuam baixos e os preços pagos pelas empresas compradoras caem.¹⁷⁰ A maior parte do valor agregado na cadeia de valor do setor de vestuário é transferida para as empresas compradoras, que controlam atividades intangíveis como as do desenvolvimento de produtos, design, comercialização, gestão de marcas (*branding*) e gestão geral, as quais, segundo as estimativas, constituem de 60 a 75 por cento desse valor agregado.¹⁷¹ A distribuição dos lucros desse setor é regida por interesses adquiridos no topo da cadeia de abastecimento, que exercem seu poder econômico e político para ter os maiores lucros possíveis à custa dos trabalhadores.

Figura 9: Os empregos e a produtividade crescem no setor de vestuário chinês, mas os salários reais não acompanham esse crescimento¹⁷²



Fonte: M-H. Lim (2014), *Globalization, Export-Led Growth and Inequality*.

O setor têxtil contribuiu muito para o crescimento e a criação de empregos em Bangladesh,¹⁷³ sendo responsável por 75 por cento de todos os empregos em fábricas do país. No entanto, seus lucros são principalmente capturados por empresas situadas mais acima na cadeia de valor e relatados em estatísticas nacionais de crescimento que camuflam seus reais efeitos distributivos. Na sua maioria, os empregos são de baixa qualificação, oferecem poucas perspectivas de crescimento profissional e são frequentemente precários e 85 por cento dos trabalhadores do setor têxtil são mulheres.¹⁷⁴ Para piorar essa situação, as mulheres de Bangladesh também assumem a maioria das atividades não remuneradas de cuidar de crianças e parentes e outras responsabilidades

domésticas, com pouco apoio dos homens no lar ou de serviços prestados pelo Estado. Por exemplo, a probabilidade de mulheres que trabalham no setor de vestuário de cuidar de crianças doentes ou dependentes é quatro vezes maior do que a observada para os homens.¹⁷⁵ O setor tem ficado muito aquém do seu potencial de gerar empregos de qualidade e de oferecer boas condições de trabalho, com benefícios sociais e outros benefícios associados decorrentes do desenvolvimento.

A injustiça experimentada pelos trabalhadores do setor não se limita aos seus salários baixos. A situação dos trabalhadores de fábricas de vestuário de Bangladesh chamou a atenção da comunidade internacional em abril de 2013, quando 1.134 trabalhadores¹⁷⁶ morreram em decorrência do desabamento do complexo fabril de Rana Plaza em Daca. Pessoas estão perdendo suas vidas à medida que empresas se empenham em maximizar seus lucros evitando adotar práticas necessárias de segurança. No entanto, a despeito de toda a atenção e retórica geradas por essa tragédia, os interesses financeiros de curto prazo das empresas compradoras continuam a prevalecer nas atividades do setor e relatos de normas inadequadas de segurança e de prevenção de incêndio continuam a ser ignorados.¹⁷⁷

A necessidade de se distribuir de forma mais justa as recompensas geradas pelo setor de vestuário para a parte de baixo da sua cadeia de abastecimento é um fato bem estabelecido atualmente e os apelos no sentido de que essa necessidade seja satisfeita estão aumentando. Avanços têm sido observados em diversos países nos quais empresas compradoras têm ajudado a desenvolver argumentos sólidos a favor de salários mais altos e melhores condições de trabalho, reconhecendo a injustiça do atual balanço de poder. Em Mianmar, por exemplo, quando o governo divulgou sua proposta de um salário mínimo nacional em julho de 2015, diversos fabricantes de roupas apelaram ao governo no sentido de que a proposta previsse uma opção de exclusão voluntária, alegando que o salário mínimo tornaria o seu negócio insustentável. Estimuladas pela Oxfam e sob a liderança da Iniciativa do Comércio Ético (ETI, na sigla em inglês) do Reino Unido e da Associação do Trabalho Justo dos Estados Unidos, 30 marcas europeias e norte-americanas (entre as quais *Tesco, Marks & Spencer, Primark e Gap*) escreveram uma carta ao governo de Mianmar argumentando que "um salário mínimo negociado entre todas as partes estimulará, ao invés de desestimular, empresas internacionais a comprar peças de vestuário de Myanmar". Isso gerou um intenso debate na mídia local. O apelo pela inclusão da opção de exclusão voluntária na proposta foi rejeitado e o novo salário mínimo foi confirmado para entrada em vigor em 1 de setembro de 2015.¹⁷⁸

Condições injustas de trabalho estão ameaçando a reputação de diferentes marcas e, em resposta a essa ameaça, diversos esquemas de auditoria e certificação social foram adotados. Marcas de maior peso têm contratado mais funcionários nos próprios países nos quais atuam para monitorar suas fábricas e orientar os empregadores em relação a como melhorar suas condições de trabalho. No entanto, esses esforços não abordam as características mais estruturais de como o setor de vestuário global funciona. Marcas e empresas compradoras têm o poder de espremer os custos em uma das extremidades da cadeia de abastecimento enquanto comandam os lucros na outra e, ao mesmo tempo, alguns governos mantêm os salários mínimos baixos deliberadamente para atrair negócios.¹⁷⁹ É necessário redesenhar toda a estrutura do setor para garantir uma distribuição mais justa do seu valor e para que o mercado

recompense empregadores, marcas e varejistas por oferecerem empregos de qualidade para as pessoas que confeccionam seus produtos.

DOMINAÇÃO EMPRESARIAL

Monopólio: o poder de uma única empresa

Quando uma única empresa domina o mercado, suas atividades e estratégias podem determinar os preços e os produtos que serão ofertados aos consumidores. A falta de concorrência gera oportunidades para que empresas estabeleçam preços que lhes permitirão ter retornos bem acima do valor real dos seus produtos e da sua produtividade. É raro encontrar um monopólio puro, no qual uma única entidade controle 100 por cento do mercado, mas há muitos exemplos de empresas com poder de monopólio com uma participação de mercado de mais de 25 por cento. Um exemplo de uma empresa com esse poder seria o do popular Google, que tem uma participação de 69 por cento no mercado global de ferramentas de busca na Internet e relatou lucros de US\$ 4 bilhões em 2014. Além de definir como a Internet é usada, o Google tem uma enorme influência sobre leis de proteção de dados adotadas em todo o mundo.¹⁸⁰ Outras empresas monopolistas são menos conhecidas do público, mas ainda assim têm um impacto muito grande sobre a vida das pessoas. Cerca de 80 por cento do milho colhido nos Estados Unidos são geneticamente modificados pela Monsanto, empresa que também domina a agenda global de pesquisas sobre lavouras geneticamente modificadas e suas normas de segurança.¹⁸¹ Além de terem o poder de fixar preços para maximizar seus lucros, com pouca ameaça da concorrência, empresas gigantescas como essa também influenciam o ambiente político desses mercados, gerando um impacto muito mais amplo para as sociedades.

O setor das bebidas alcóolicas vem sofrendo uma enorme concentração de mercado desde o final da década de 1970. Entre 1979 e 2006, a participação dos 10 maiores produtores de cerveja no mercado global mais do que dobrou, aumentando de 28 para 70 por cento.¹⁸² A empresa Anheuser-Busch InBev (AB InBev), sediada na Bélgica, é a maior fabricante de cervejas do mundo e vende mais de 200 marcas diferentes de cerveja em toda a Europa, Ásia e América do Norte. Além de dominar o mercado, a empresa tem também uma voz política muito forte. Ela gastou US\$ 3,7 milhões com *lobby* junto ao governo dos Estados Unidos em 2014, e 56 dos 141 relatórios que apresentou nesse processo abordavam questões relacionadas à tributação.¹⁸³ A AB InBev tem usado sua influência para, deliberadamente, atuar sobre leis de interesse público, como, por exemplo, estabelecendo normas publicitárias voluntárias para evitar que limitações fossem impostas à publicidade dirigida a jovens.¹⁸⁴ Antes da Copa do Mundo realizada no Brasil em 2014, a empresa uniu esforços com a FIFA para pressionar o governo brasileiro no sentido de que alterasse uma lei que proíbe o consumo de álcool dentro dos estádios em jogos de futebol para que seus produtos pudessem ser vendidos durante as partidas.¹⁸⁵ Os pequenos varejistas também pagam um preço pela dominação empresarial. O Departamento de Justiça dos Estados Unidos está investigando alegações de que a *AB InBev* está limitando a concorrência por meio da compra de distribuidoras para dificultar o processo de microcervejarias fazerem seus produtos chegar às prateleiras das lojas.¹⁸⁶

Para consolidar ainda mais sua posição no mercado, a *AB InBev* fez uma oferta para comprar a *SAB Miller*, a segunda maior fabricante de cerveja do mundo (e a maior da África), no ano passado. Se essa compra se concretizar, as vendas da empresa resultante da fusão chegarão a US\$ 73 bilhões e a fortuna coletiva dos três fundadores da *AB InBev*, que era de US\$ 49 bilhões em 2015, aumentará ainda mais. O empresário brasileiro Marcel Hermann Telles deve grande parte da sua riqueza ao controle acionário da empresa, da qual ele é proprietário por meio da firma privada de investimentos 3G Capital, juntamente com os bilionários e parceiros de longa data Carlos Sicupira e Jorge Paulo Lemann.¹⁸⁷

No entanto, a dominação do mercado não resulta, necessariamente, em exploração e interferência política. O grupo japonês YKK, por exemplo, tem uma participação de 45 por cento no mercado global de zíperes e 132 subsidiárias em 62 países. A empresa não gastou nada com *lobby* nos Estados Unidos nos últimos anos e suas atividades são fortemente influenciadas por sua ética e estrutura empresariais, que oferecem um valor de volta aos seus funcionários em vez de aos seus acionistas.

Proprietários de propriedade intelectual: ter e ser titular

O objetivo dos direitos de propriedade intelectual (DPI), que incluem patentes, marcas e direitos autorais, é o de incentivar inovações garantindo um equilíbrio entre os interesses dos inovadores e o interesse público maior. Esses direitos são emitidos em nível nacional, mas suas normas são definidas no nível global. Ao se tornarem membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), os países tornam-se, automaticamente, signatários do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sua sigla em inglês), que prevê normas a serem observadas por todos os países membros da OMC, independentemente do seu nível individual de riqueza e desenvolvimento e das suas necessidades. O número de pedidos de DPI internacionais continua a aumentar. Em 2013, foram depositados 2,57 milhões de pedidos de patente no mundo, o que representa um aumento de nove por cento em relação a 2012.¹⁸⁸ A grande maioria desses pedidos – 96 por cento – é depositada por empresas em países de renda alta ou média alta e mais de 800 deles foram depositados apenas no escritório da representação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) na China.¹⁸⁹

A propriedade intelectual, especialmente as patentes, é fortemente protegida pela indústria farmacêutica, que é uma das mais rentáveis do planeta e já ajudou mais de 90 indivíduos a se tornarem bilionários.^{190 191} Como o desenvolvimento de novos medicamentos pode consumir muito tempo e recursos, as empresas farmacêuticas consideram os DPI quase como o único incentivo para investirem em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Os DPI impedem que outras empresas produzam os mesmos medicamentos, garantindo ao titular da propriedade intelectual um monopólio e, conseqüentemente, as condições para ditar os preços – na prática, determinando quem pode e quem não pode ter acesso a medicamentos. Ao criarem um monopólio, os DPI geram também incentivos para que as grandes empresas farmacêuticas maximizem seus lucros cobrando preços inflados, às custas das pessoas em situação de vulnerabilidade e com doenças. Embora os DPI tenham sido criados para estimular a inovação, o sistema é, na verdade,

impulsionado por interesses comerciais e não por necessidades de saúde pública.

Um exemplo flagrante desse fato foi observado em setembro de 2015, quando o preço do Daraprim (pirimetamina), um medicamento desenvolvido há 62 anos, usado no tratamento da toxoplasmose, uma infecção parasitária que pode matar, aumentou da noite para o dia de US\$ 13,50 para US\$ 750 por comprimido. Isso ocorreu após os direitos de comercialização desse medicamento nos Estados Unidos terem sido adquiridos pela *Turing Pharmaceuticals*, uma empresa dirigida por um ex-administrador de fundos de cobertura que viu na compra desses direitos exclusivos de produção uma oportunidade de auferir lucros maiores. A *Actavis*,¹⁹² outra empresa farmacêutica, não se propõe a investir em P&D e foi criada exclusivamente para extrair lucros do mercado.¹⁹³ Essa empresa tem garantido enormes retornos para investidores e os preços das suas ações tiveram um aumento de 350 por cento em pouco mais de dois anos.¹⁹⁴ Na verdade, as grandes empresas farmacêuticas estão investindo cada vez menos em P&D de alto risco. Nos Estados Unidos, cerca de 75 por cento das chamadas novas entidades moleculares com classificação prioritária (os medicamentos mais inovadores) foram desenvolvidas com financiamentos públicos e não com recursos de grandes empresas farmacêuticas.¹⁹⁵ Essas empresas também gastam mais com *marketing* do que com P&D.¹⁹⁶

As empresas farmacêuticas são bem conhecidas pelo seu intenso e bem-sucedido *lobby* junto a formuladores de políticas. Só em Washington, elas gastaram mais de US\$ 228 milhões em 2014 com atividades de *lobby*.¹⁹⁷ Seus esforços de *lobby* incluem, particularmente, tentativas de ampliar direitos de propriedade intelectual tanto em termos da duração do período de exclusividade de mercado como da abrangência das normas de propriedade intelectual; em muitos casos, esse *lobby* assume a forma de pressão direta, como no caso da pressão exercida pelos Estados Unidos para que a Índia mudasse suas normas de propriedade intelectual, ou da inclusão de dispositivos em acordos de comércio livre (ALCs).¹⁹⁸ As empresas também fazem *lobby* frequentemente contra decisões tomadas por governos no interesse da saúde dos seus cidadãos. Quando a Tailândia adotou, em 2006,¹⁹⁹ o licenciamento compulsório para alguns medicamentos essenciais – um mecanismo previsto no acordo TRIPS, que dá flexibilidade aos governos para emitir licenças para que empresas produzam medicamentos localmente ou importem versões genéricas mais baratas sem a permissão do titular de uma patente internacional –, empresas farmacêuticas pressionaram intensamente o país para que revogasse essa decisão. Influenciado pela campanha dessas empresas, o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) incluiu a Tailândia na lista "*Special 301*" de países sujeitos a sanções comerciais²⁰⁰ e a Comissão Europeia pressionou o governo tailandês para reverter sua decisão.²⁰¹ Outra empresa farmacêutica, a Eli Lilly, processou o governo canadense por medidas que tomou para que os preços de medicamentos se tornassem mais acessíveis.²⁰²

As empresas farmacêuticas desempenham um papel importantíssimo no setor global de saúde, mas sua solidez financeira também lhes garante uma influência indevida sobre políticas, que não se restringe exclusivamente ao acesso a medicamentos. A *Pfizer* tem pressionado constantemente o governo dos Estados Unidos para reduzir impostos, alegando que os impostos incidentes sobre a empresa no país, prejudicam a sua competitividade em

relação aos seus rivais. A *Pfizer* não conseguiu convencer o governo a reduzir esses impostos e, por essa razão, planeja transferir seus lucros para uma jurisdição de tributação mais baixa por meio da aquisição de outra empresa no exterior.²⁰³ O recente anúncio da sua fusão com a *Allergan*, sediada na Irlanda, oferece um exemplo de evasão fiscal por parte de empresas farmacêuticas. A *Pfizer* é a parceira majoritária, mas ela está apresentando o acordo como uma aquisição feita pela empresa irlandesa, e com isso ela pagará impostos com base nos valores reduzidos das taxas de impostos para corporações que são cobradas na Irlanda.²⁰⁴

Na Índia, no entanto, grupos de pacientes e outras organizações da sociedade civil e do governo têm questionado a influência das grandes empresas farmacêuticas e priorizado o acesso a medicamentos por parte dos seus cidadãos. O medicamento *Onbrez* (indacaterol), por exemplo, poderia ajudar muito os indianos que sofrem de doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), cujo número foi estimado em cerca de 30 milhões.²⁰⁵ Grupos de defesa de pacientes afirmam que a *Novartis*, empresa suíça que detém os direitos sobre o medicamento, tem importado apenas pequenas quantidades dele para a Índia. Para satisfazer essa demanda, a *Cipla*, uma multinacional indiana sediada em Mumbai, começou a produzir uma versão própria do *Onbrez* e passou a vendê-la por um preço bem mais baixo que o do medicamento original.²⁰⁶ Outra empresa indiana, a *Natco*, tem vendido o medicamento *Nexavar* (sorafenib), usado no tratamento de câncer de fígado e rim, por apenas US\$ 173 por mês, muito menos que os US\$ 5.500 cobrados pela empresa alemã *Bayer*²⁰⁷, que apelou ao Supremo Tribunal da Índia contra a licença compulsória oferecida à *Natco*, mas seu recurso foi rejeitado em favor do desenvolvimento do medicamento genérico.

PESSOAS COM RIQUEZA, PODER E CONTATOS

Líderes, inventores, investidores e proprietários de empresas ajudam a promover inovações e organizações. Os altos diretores de empresas têm imensas responsabilidades e devem ser devidamente recompensados por elas, assim como os que têm habilidades e experiências específicas, os inventores de produtos e tecnologias que beneficiam a todos nós e os que assumem riscos ao fazerem investimentos que facilitam o progresso.

Ao mesmo tempo, no entanto, as recompensas econômicas usufruídas por alguns indivíduos são tão impressionantes que não se pode afirmar que a sua renda e riqueza constituam um reflexo justo da sua produtividade e valor agregado. Em 2015, 62 pessoas tinham uma riqueza coletiva equivalente à de 3,6 bilhões de outras pessoas do planeta e essa riqueza coletiva aumentou em meio bilhão de dólares nos últimos cinco anos. A Oxfam calculou no ano passado que a taxa média de retorno dos bilionários foi de 5,3 por cento, o que significa que as pessoas mais ricas do mundo ganharam mais de US\$ 5 milhões por dia apenas em juros.²⁰⁸ No Reino Unido, os pacotes de remuneração de diretores do índice FTSE 350, aumentaram mais de 250 por cento entre 2000 e 2013, cerca de cinco vezes mais rapidamente do que os retornos para acionistas. O High Pay Centre (Centro de Estudos sobre Altos Salários) identificou um vínculo insignificante entre o pagamento de incentivos a executivos e os retornos para acionistas no Reino Unido, o que representa uma evidência adicional de que as recompensas individuais estão sendo

desvinculadas da agregação de valor.²⁰⁹ Os mais ricos do mundo estão se saindo muito bem. Há previsões de que, em 2018, o mundo terá mais de 18 milhões de milionários que controlarão cerca de US\$ 76 trilhões em ativos financeiros pessoais. Essa cifra é 49 por cento superior à registrada atualmente e mais que o dobro da registrada na depressão pós-crise; os mercados emergentes representarão cerca de 42 por cento da riqueza global dos milionários.²¹⁰

A gestão engenhosa de fortunas e a infraestrutura financeira que a facilita também podem ajudar os riquíssimos a aumentar seus retornos econômicos de uma maneira claramente desvinculada de qualquer atividade produtiva e que exclui pessoas comuns, principalmente as mais afetadas pela pobreza. A gestão de fortunas é um setor que está crescendo e pode envolver a transferência de fundos para jurisdições de baixa tributação e sigilosas. Esse esforço ativo para sonegar impostos em vez de agregar valor para a sociedade, impõe um custo direto, pois reduz as receitas que os governos precisam para financiar serviços públicos.

É difícil calcular a escala dessa atividade devido à sua opacidade e, em alguns casos, à sua natureza ilícita, mas estima-se que oito por cento da riqueza financeira individual, totalizando US\$ 7,6 trilhões, estejam sendo mantidos *offshore*. Se fossem cobrados impostos sobre a renda gerada por essa riqueza, uma soma adicional de US\$ 190 bilhões ficaria disponível para os governos todos os anos. Estima-se que até 30 por cento de toda a riqueza financeira africana estejam sendo mantidos *offshore*²¹¹ e que essa riqueza custe US\$ 14 bilhões em receitas fiscais perdidas todos os anos. Esse mesmo valor poderia garantir uma assistência de saúde para mães e crianças que salvaria a vida de quatro milhões de crianças por ano²¹² e empregar uma quantidade suficiente de professores para colocar todas as crianças africanas na escola.²¹³ As receitas fiscais perdidas na África, Ásia e América Latina juntas em decorrência da manutenção de fortunas em paraísos fiscais somam aproximadamente US\$ 70 bilhões por ano.

A adoção de regulações mais rígidas para o uso de paraísos fiscais e de requisitos de transparência já é reconhecida como um "desafio" para os gestores de riquezas.²¹⁴ No entanto, ainda há muito a ser feito para eliminar as brechas que permitem aos ricos enganar o sistema e para permitir que sistemas fiscais progressistas efetivamente levistem recursos de quem pode pagar mais para garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços públicos básicos de que necessitam.

Os contatos pessoais podem também ser importantes para manter e aumentar o poder econômico de indivíduos. As pessoas que esses indivíduos conhecem e às quais têm acesso podem ajudá-los a conseguir um emprego que desejam, um contrato ou outras vantagens para eles e suas empresas. Há muitas evidências da chamada "porta giratória", que permite que indivíduos assumam responsabilidades paralelas dentro de empresas, agências reguladoras e outras entidades ou que eles transitem entre essas organizações no intuito de garantir alguma vantagem. Nas suas salas de reuniões, diretores executivos enchem deliberadamente seus conselhos de administração com outros diretores executivos, todos ansiosos para aumentar os salários uns dos outros. Eles contratam consultores do mesmo grupo que os assessora sobre suas estruturas de remuneração, os quais não perdem tempo em orientar todas as suas diretorias no sentido de que esses diretores merecem receber um salário

maior.²¹⁵ Os diretores executivos também cronometram estrategicamente o lançamento de uma boa notícia empresarial para que ela coincida com meses nos quais suas ações com direito a voto podem ser tiradas.

Obviamente, as organizações podem compartilhar retornos econômicos mais uniformemente. É mais provável que isso ocorra onde sindicatos fortes estão presentes.²¹⁶ Distribuições mais justas não interessam apenas aos trabalhadores de uma organização, mas beneficiam também seus proprietários, considerando que o nível no qual seus funcionários se sentem envolvidos tem um impacto substancial sobre a produtividade no local de trabalho.²¹⁷ A ação coletiva em mercados de legumes e hortaliças na Tanzânia, por exemplo, não empodera apenas os seus trabalhadores, que são majoritariamente mulheres, e melhora seus retornos econômicos. Ela também gera benefícios para o bem-estar das suas famílias e comunidades.²¹⁸ Diferentemente de hierarquias verticais, controladas de cima para baixo, e de empresas com fins lucrativos, as organizações de produtores e cooperativas possuídas e controladas por seus membros²¹⁹ oferecem um modelo alternativo de se fazer negócios que pode distribuir os retornos de forma mais justa, reduzindo desigualdades econômicas e de gênero e a pobreza.²²⁰

3 DE ECONOMIAS EXCLUSIVAS PARA A INCLUSÃO E A JUSTIÇA

Este documento considera que a economia mundial tem crescido, mas o fato de a renda e a riqueza estarem se desvinculando da produtividade e da efetiva agregação de valor para as sociedades representa uma perda para pessoas que trabalham duro e não estão em posições de poder econômico e político. A proporção da renda do trabalho em relação à do capital está caindo, a diferença entre os salários e a produtividade está crescendo e a desigualdade de renda está reduzindo o ritmo do crescimento global, prejudicando ainda mais as pessoas mais afetadas pela pobreza e impedindo que milhões de pessoas superem essa condição.

É necessário que uma estratégia multifacetada seja adotada para reequilibrar o poder dentro de economias globais e nacionais, empoderando pessoas atualmente excluídas e controlando a influência dos ricos e poderosos. Isso é necessário para que as economias funcionem melhor no interesse da maioria e, particularmente, no interesse das pessoas mais afetadas pela pobreza, que são as que mais têm a ganhar com uma distribuição mais justa da renda e da riqueza. Os governos devem, particularmente, trabalhar em prol dos seus cidadãos, representando a vontade do povo e não os interesses do grande capital, além de eliminarem a desigualdade extrema. Isso só pode ser feito com base em uma governança eficaz. O interesse público deve ser o princípio orientador de todos os acordos globais e das políticas e estratégias nacionais.

Para que isso seja alcançado, a Oxfam recomenda que sejam adotadas medidas no sentido de:

- **Garantir o pagamento de um salário digno aos trabalhadores e fechar a distância com as bonificações dos executivos:** As empresas estão tendo lucros recordes em todo o mundo e as bonificações pagas a executivos estão aumentando vertiginosamente, enquanto muitas pessoas recebem salários insuficientes para viver dignamente e tampouco trabalham em condições dignas. Os compromissos específicos a serem assumidos devem incluir os de: aumentar o salário para que se torne um salário digno; promover a transparência na relação salário-lucro; e proteger os direitos dos trabalhadores à sindicalização e à greve.
- **Promover a igualdade econômica e os direitos das mulheres direitos:** A política econômica deve combater, ao mesmo tempo, a desigualdade econômica e a discriminação de gênero. Os compromissos específicos a serem assumidos devem incluir os de: oferecer compensação pelo trabalho não remunerado de cuidar; eliminar a distância salarial entre mulheres e homens; promover direitos iguais de herança e de titularidade de terras para as mulheres; e coletar dados para avaliar como mulheres e meninas são afetadas por políticas econômicas.
- **Controlar a influência de elites poderosas:** Trabalhar duro para garantir que os processos de formulação de políticas sejam menos propensos a ser controlados por interesses criados e se tornem mais democráticos. Os compromissos específicos a serem assumidos devem incluir os de:

estabelecer registros obrigatórios de atividades de *lobby* e normas mais robustas para conflitos de interesse; garantir que informações de boa qualidade sobre processos administrativos e orçamentários sejam publicamente divulgadas e facilmente acessíveis; reformar o ambiente regulatório, com ênfase na promoção da transparência governamental; separar empresas do financiamento de campanhas; e de adotar medidas para fechar as "portas giratórias" entre grandes empresas e o governo.

- **Mudar o sistema global de P&D e de fixação de preços para medicamentos no sentido de que todos tenham acesso a medicamentos adequados e acessíveis:** O uso da propriedade intelectual como o único incentivo para o desenvolvimento de atividades de P&D garante a grandes empresas farmacêuticas um monopólio sobre a produção e os preços de medicamentos. Isso aumenta a distância entre ricos e pobres e representa uma ameaça à vida de pessoas. Os compromissos específicos a serem assumidos devem incluir os de: promover um novo tratado global de P&D; aumentar investimentos em medicamentos, inclusive em medicamento genéricos acessíveis; e excluir normas de propriedade intelectual de acordos comerciais. As grandes empresas farmacêuticas tentam justificar a adoção de preços altos com base no argumento de que precisam cobrir seus custos de P&D, ignorando o fato de que pesquisas iniciais e até mesmo alguns ensaios clínicos são geralmente financiados com recursos públicos. O financiamento de atividades de P&D deve ser desvinculado do preço dos medicamentos para quebrar o monopólio das empresas e um financiamento adequado para P&D em terapias necessárias deve ser assegurado, bem como preços acessíveis para os produtos resultantes.
- **Dividir a carga tributária em bases justas:** Riqueza demais está concentrada nas mãos de poucos. A carga tributária está sendo colocada sobre os ombros de pessoas comuns, enquanto as empresas e indivíduos mais ricos pagam muito pouco em impostos. Os governos devem atuar conjuntamente para corrigir esse desequilíbrio. Os compromissos específicos a serem assumidos devem incluir os de: aliviar a carga tributária sobre o trabalho e o consumo e aumentar essa carga sobre a riqueza, o capital e a renda decorrente desses ativos; promover a transparência dos incentivos fiscais; e cobrar impostos nacionais sobre a riqueza.
- **Adotar medidas progressistas em relação aos gastos públicos para combater a desigualdade:** Priorizar políticas, práticas e gastos que aumentem o financiamento de sistemas públicos de saúde e educação no sentido de combater a pobreza e a desigualdade em nível nacional. Evitar promover reformas não comprovadas e impraticáveis baseadas na lógica do mercado nos sistemas públicos de saúde e educação e ampliar a prestação de serviços essenciais pelo setor público e não pelo privado.

Como uma questão prioritária, a Oxfam está chamando as lideranças mundiais para que cheguem a um acordo em torno de uma abordagem global para pôr fim à era dos paraísos fiscais.

Este documento analisou como os ricos e poderosos têm usado sistemas e estruturas econômicas em seu benefício, excluindo outros. Esse fato fica mais evidente nos sistemas fiscais, ao se observar empresas e indivíduos ativamente empenhados em reduzir sua carga tributária por meio de mecanismos contábeis complexos e aproveitando-se de brechas no sistema internacional. Isso aumenta seus lucros, canalizando retornos para os

acionistas e não para a sociedade de um modo geral; as sociedades precisam de receitas fiscais para financiar serviços públicos e infraestrutura essenciais, dos quais essas empresas e indivíduos também dependem. A existência de paraísos fiscais permite, particularmente, que renda e riqueza fluam para jurisdições *offshore* sem tributação e em sigilo – um meio legal criado para os ricos continuarem ricos e impedir a redistribuição necessária para reduzir a desigualdade e beneficiar a sociedade de um modo geral. Os paraísos fiscais constituem uma injustiça que mina os princípios progressistas que dão base à maioria dos sistemas fiscais. Até que as normas sejam mudadas e tenhamos uma governança global mais justa de questões fiscais, a sonegação fiscal continuará a drenar orçamentos públicos e minar a capacidade dos governos de combater a desigualdade. Essa mudança exige uma coordenação global.

Todos os governos devem assumir o compromisso de promover uma segunda geração de reformas fiscais para, efetivamente, pôr fim a práticas nocivas de tributação de empresas de uma maneira que beneficie todos os países. As medidas específicas a serem tomadas devem incluir as seguintes:

- Adoção de uma abordagem eficaz de combate aos paraísos fiscais corporativos e regimes fiscais nocivos, inclusive regimes não preferenciais, e de medidas para pôr fim à “corrida para baixo” no regime fiscal de empresas. Essa abordagem exige que todos os países – inclusive os países em desenvolvimento – sejam envolvidos em pé de igualdade. Em última análise, uma cooperação verdadeiramente global exigirá a criação de um organismo fiscal global sob os auspícios da Organização das Nações Unidas como a única instituição global representativa legítima.
- Adoção de medidas para pôr fim à “corrida para baixo” e ao papel desempenhado por incentivos fiscais improdutivos na concorrência fiscal nociva promovendo uma transparência maior em relação aos incentivos concedidos a empresas multinacionais (incluindo isenções e férias fiscais, imposto de renda para pessoas jurídicas, imposto retido na fonte, imposto sobre valor agregado e direitos aduaneiros). Devem ser realizadas análises de custo-benefício para avaliar quais necessidades de impacto social devem ser acordadas antes de se tomar decisões. O clima para investimentos pode muitas vezes ser melhorado por meio de medidas mais eficazes do que a concessão de incentivos fiscais.
- Promoção da transparência fiscal em todo o mundo, exigindo que empresas multinacionais divulguem publicamente relatórios para cada país no qual operam, nos quais devem apresentar uma lista completa de seus funcionários, ativos físicos, vendas, lucros e impostos (devidos e pagos), para que se possa avaliar com precisão se elas estão pagando sua parcela justa de impostos.

Para pôr fim à era das jurisdições sigilosas para ativos financeiros, os governos devem garantir:

- O estabelecimento de registos públicos dos proprietários beneficiários efetivos de todas as empresas, fundações e fundos;
- A implementação de um sistema multilateral de intercâmbio automático de informações fiscais, que envolveria países em desenvolvimento em compromissos não recíprocos (ou seja, nenhuma obrigação de enviar informações até que tenham desenvolvido a capacidade de fazer isso).

NOTAS

- 1 Banco Credit Suisse (2015) 'Global Wealth Databook 2015'. Riqueza líquida total à taxa de câmbio constante (em bilhões de US\$). <http://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/index.cfm?fileid=C26E3824-E868-56E0-CCA04D4BB9B9ADD5>
- 2 Fonte: Cálculos da Oxfam baseados no banco de dados do Painel de Distribuição de Renda no Mundo de Lakner-Milanovic (LM-WPID)
- 3 G. Zucman (2014) 'Taxing Across Borders: Tracking Personal Wealth and Corporate Profits', *Journal of Economic Perspectives*. <http://gabriel-zucman.eu/files/Zucman2014JEP.pdf>
- 4 Fonte: Cálculos da Oxfam, veja a Figura 3.
- 5 C. Gonzales, S. Jain-Chandra, K. Kochhar, M. Newiak e T. Zeinullayev (2015) 'Catalyst for Change: Empowering Women and Tackling Income Inequality'. FMI. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2015/sdn1520.pdf>
- 6 T. Gore (2015) 'Extreme Carbon Inequality: Why the Paris climate deal must put the poorest, lowest emitting and most vulnerable people first', Oxfam, <http://oxf.am/Ze4e>
- 7 M. Cohn (2013) 'Tax Avoidance Seen as a Human Rights Violation', *Accounting Today*. <http://www.accountingtoday.com/news/Tax-Avoidance-Human-Rights-Violation-68312-1.html>
- 8 OCDE (2012) 'OECD Employment Outlook 2012', Publicação da OCDE. Capítulo 3, 'Labour losing to capital: what explains the declining labour share?'. <http://www.oecd.org/els/employmentoutlook-previouseditions.htm>
- 9 Os cálculos apresentados neste parágrafo são oriundos de uma análise realizada pela Oxfam com base nos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial (2015). <http://databank.worldbank.org>. Cifra para 2014, em dólares correntes; comparações ao longo do tempo em dólares constantes em valores de 2005.
- 10 Análise Oxfam com base no Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial (2015). Crescimento do PIB (percentual anual). <http://databank.worldbank.org>
- 11 C. Lakner e B. Milanovic (2013) 'Global Income Distribution: From the Fall of the Berlin Wall to the Great Recession', Documento de Trabalho de Pesquisas em Políticas do Banco Mundial (6719). http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2013/12/11/000158349_20131211100152/Rendered/PDF/WPS6719.pdf
- 12 Grupo do Banco Mundial (2015) 'Global Monitoring Report 2014/2015: Ending Poverty and Sharing Prosperity', Washington, DC: Banco Mundial. http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/gmr/gmr2014/GMR_2014_Full_Report.pdf
- 13 Ibid.
- 14 Plataforma de Conhecimento das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. 'End poverty in all its forms everywhere'. <https://sustainabledevelopment.un.org/?menu=1300>
- 15 O valor real da riqueza em 2000 era de US\$ 117 trilhões, aproximadamente US\$ 160 trilhões a preços de 2015.
- 16 Banco Credit Suisse (2015) 'Global Wealth Databook 2015', op. cit.
- 17 Ibid.
- 18 Os cálculos apresentados neste parágrafo são oriundos de uma análise realizada pela Oxfam baseada no banco de dados do Painel de Distribuição de Renda no Mundo de Lakner-Milanovic (LM-WPID) (2013). <https://www.gc.cuny.edu/Page-Elements/Academics-Research-Centers-Initiatives/Centers-and-Institutes/Luxembourg-Income-Study-Center/Branko-Milanovic,-Senior-Scholar/Datasets>. Criado para C. Lakner e B. Milanovic (2013) 'Global Income Distribution', op. cit. Fonte dos dados de 2011: correspondência pessoal com B. Milanovic, setembro de 2015.
- 19 Embora o índice global de Gini tenha apresentado uma queda modesta nos últimos anos, há evidências de que essa queda pode ser parcial ou inteiramente atribuível à subestimação dos rendimentos mais elevados em distribuições de rendas nacionais. Veja C. Lakner e B. Milanovic (2013) 'Global Income Distribution: From the Fall of the Berlin Wall to the Great Recession', op. cit.
- 20 C. Hoy e E. Samman (2015) 'What if Growth had been as Good for the Poor as Everyone Else?', Londres: Instituto de Desenvolvimento Exterior (Overseas Development Institute - ODI). <http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/9655.pdf>
- 21 Ibid.
- 22 A linha de pobreza extrema representa a renda em dólares necessária para a compra de itens essenciais para o sustento e a sobrevivência de um indivíduo, com base nas linhas de pobreza de 15 países em desenvolvimento. A linha de pobreza extrema foi atualizada em 2015 para US\$ 1,90 por pessoa por dia, em paridade de poder de compra (PPC) em dólares americanos de 2011. Essa é uma atualização da linha de pobreza extrema de US\$ 1,25, que se baseava em preços de 2005.
- 23 M. Cruz, J. Foster, B. Quillin e P. Schellekens (2015) 'Ending Extreme Poverty and Sharing Prosperity: Progress and Policies', Nota sobre Pesquisas em Políticas PRN/15/03, Grupo do Banco Mundial. <http://pubdocs.worldbank.org/pubdocs/publicdoc/2015/10/109701443800596288/PRN03-Oct2015-TwinGoals.pdf>

- 24 C. Lakner, M. Negre e E.B. Prydz (2014) 'Twinning the Goals: How Can Promoting Shared Prosperity Help to Reduce Global Poverty?', Documento de Trabalho de Pesquisas em Políticas do Banco Mundial (7106). http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2014/11/13/000158349_20141113090851/Rendered/PDF/WPS7106.pdf
- 25 E. Dabla-Norris, K. Kochhar, F. Ricka, N. Suphaphiphat e E. Tsounta (2015) 'Causes and Consequences of Income Inequality: A Global Perspective'. Fundo Monetário Internacional. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2015/sdn1513.pdf>
- 26 Nações Unidas (2015) 'Goal 10: Reduce inequality within and among countries'. <http://www.un.org/sustainabledevelopment/inequality/>
- 27 C. Hoy (2015) 'Leaving No One Behind: The Impact of Pro-Poor Growth', Londres: ODI. <http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/9919.pdf>
- 28 Em 1988, os 10% mais ricos do Brasil tiveram uma renda total que superou em US\$ 166 bilhões a renda total dos 50% mais pobres. Entre 1988 e 2011, a renda dos 10% mais ricos aumentou de US\$ 218 bilhões para US\$ 412 bilhões (89%) e a dos 50% mais pobres aumentou a uma taxa muito mais acelerada, de US\$ 51 bilhões para US\$ 164 bilhões (220%). A despeito desse crescimento mais rápido, a diferença absoluta entre os 50% mais pobres e os 10% mais ricos, que tiveram uma renda de US\$ 412 bilhões, havia aumentado para US\$ 248 bilhões (todos os valores de poder de paridade de compra em 2005).
- 29 É provável que essa estimativa seja conservadora. Veja a nota metodológica que a acompanha, disponível em <http://oxf.am/ZniS>.
- 30 D. Hardoon (2015) 'Wealth: Having it all and wanting more', Oxford: Oxfam. https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-en.pdf
- 31 A riqueza total do 1% mais rico da população mundial era de US\$ 125 trilhões em 2015, aproximadamente US\$ 1,7 milhão para cada um dos 72 milhões de pessoas que pertencem a esse 1% mais rico. A riqueza total dos 90% mais pobres somou US\$ 31 trilhões, aproximadamente US\$ 5.000 para cada um dos 648 milhões de pessoas enquadradas nesse grupo. Cálculo da Oxfam com base na publicação 'Global Wealth Databook 2015' do Banco Credit Suisse (2015). <http://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/index.cfm?fileid=C26E3824-E868-56E0-CCA04D4BB9B9ADD5>
- 32 Em 2010, a riqueza total dos 50% mais pobres somava US\$ 2,6 trilhões, ou cerca de US\$ 2,8 trilhões a preços de 2015. Já em 2015, a riqueza total dos 50% mais pobres somou US\$ 1,7 trilhão. Dados extraídos da publicação 'Global Wealth Databook' de 2014 e 2015 do Banco Credit Suisse.
- 33 Novo cálculo realizado pela Oxfam de uma estatística originalmente apresentada em R. Fuentes-Nieva e N. Galasso (2014) 'Working for the Few; Political capture and economic inequality', Oxford: Oxfam. <https://www.oxfam.org/en/research/working-few>
- 34 C. Gonzales, S. Jain-Chandra, K. Kochhar, M. Newiak e T. Zeinullayev (2015) 'Catalyst for Change: Empowering Women and Tackling Income Inequality'. FMI. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2015/sdn1520.pdf>
- 35 R. Wilkinson e K. Pickett (2010) *The Spirit Level: Why Equality is Better for Everyone*, Londres: Penguin, pág. 59.
- 36 UN Women (ONU Mulher) (2015) 'Progress of the World's Women 2015–16: Transforming Economies, Realizing Rights'. http://progress.unwomen.org/en/2015/pdf/UNW_progressreport.pdf
- 37 Forbes (2015) 'The World's Billionaires'. <http://www.forbes.com/billionaires/list/#version:static>, filtrado por 'Mulheres': http://www.forbes.com/billionaires/list/-version:static_tab:women
- 38 Divisão de Estatística das Nações Unidas (2015) 'The World's Women 2015: At a Glance', New York: UN DESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas). [http://unstats.un.org/unsd/gender/docs/WW2015 at a Glance.pdf](http://unstats.un.org/unsd/gender/docs/WW2015%20at%20a%20glance.pdf)
- 39 D. Ukhova (2015) 'Gender inequality and inter-household economic inequality in emerging economies: exploring the relationship', *Gender & Development*, 23:2, 241–59. <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13552074.2015.1055082>
- 40 OCDE (2012) 'OECD Employment Outlook 2012', Publicação da OCDE. Capítulo 3, 'Labour losing to capital: what explains the declining labour share?'. op. cit.
- 41 C. Lakner, M. Negre, E.B. Prydz (2014) 'Twinning the Goals: How Can Promoting Shared Prosperity Help to Reduce Global Poverty?', op. cit.
- 42 E. Dabla-Norris, K. Kochhar, F. Ricka, N. Suphaphiphat e E. Tsounta (2015) 'Causes and Consequences of Income Inequality: A Global Perspective', op. cit.
- 43 Nações Unidas (2015) 'Adoption of the Paris Agreement'. <http://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/I09.pdf>
- 44 T. Gore (2015) 'Extreme Carbon Inequality', op. cit.
- 45 L. Karabarbounis e B. Neiman (2013) 'The Global Decline of the Labor Share'. <http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic1259555.files/Papers%20Spring%202014/NEIMAN%20Brent%20March%202014.pdf>. Publicado como L. Karabarbounis e B. Neiman (2013) 'The global decline of the labor share', *The Quarterly Journal of Economics* (2014), 61-103, Editora Oxford University Press.
- 46 T. Piketty (2014) *Capital in the Twenty-First Century*, Cambridge: Editora Harvard University Press.

- 47 OCDE (2012) «OECD Employment Outlook 2012», capítulo 3, op. cit.
- 48 I. van Staveren e R. van der Hoeven (2012) 'Global Trends in Labour Market Inequalities, Exclusion, Insecurity and Civic Activism. Background paper for the Democratic Governance Report by UNDP', Instituto de Estudos Sociais. http://www.indsocdev.org/resources/UNDP_DGR_backgroundpaper.pdf
- 49 Ibid.
- 50 Cálculo da Oxfam com base em dados de R.C. Feenstra, R. Inklaar e M.P. Timmer (2015) 'The Next Generation of the Penn World Table', no prelo *American Economic Review*, disponível para download em: <http://www.ggdc.net/pwt>
- 51 OCDE (2012) 'OECD Employment Outlook 2012', Capítulo 3, op. cit.
- 52 J. Bivens e L. Mishel (2015) 'Understanding the Historic Divergence between Productivity and a Typical Worker's Pay: Why It Matters and Why It's Real', Washington DC: Instituto de Política Econômica. <http://www.epi.org/publication/understanding-the-historic-divergence-between-productivity-and-a-typical-workers-pay-why-it-matters-and-why-its-real/>
- 53 Dados do Serviço de Estatística da União Europeia (2013). Luxemburgo: Eurostat. <http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tesov110&plugin=1>
- 54 R. Wilshaw, S. Hamilton, J. Thérroux-Séguin e D. Gardener (2015) 'In Work But Trapped in Poverty: A summary of five studies conducted by Oxfam, with updates on progress along the road to a living wage'. Oxford: Oxfam. <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/in-work-but-trapped-in-poverty-a-summary-of-five-studies-conducted-by-oxfam-wit-578815>
- 55 Ibid.
- 56 Ibid.
- 57 Divisão de Estatística das Nações Unidas (2015) 'The World's Women 2015: At a Glance', op. cit.
- 58 McKinsey & Company (2015) 'The Power of Parity: How Advancing Women's Equality Can Add \$12 Trillion to Global Growth'. http://www.mckinsey.com/insights/growth/how_advancing_womens_equality_can_add_12_trillion_to_global_growth
- 59 UN Women (ONU Mulher) (2015) 'Progress of the World's Women 2015–2016', op. cit.
- 60 P. Telles (2013) 'Brazil: Poverty and Inequality. Where to next?', Oxfam. <http://csnbricsam.org/brazil-poverty-andinequality-where-to-next>
- 61 UN Women (ONU Mulher) (2015) 'Progress of the World's Women 2015–2016', op. cit. Capítulo 2: 'Transforming work for women's rights'. <http://progress.unwomen.org/en/2015/pdf/ch2.pdf>
- 62 Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2015) 'World Employment and Social Outlook: Trends 2015'. Genebra: Escritório Internacional do Trabalho. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_337069.pdf
- 63 UN Women (ONU Mulher) (2015) 'Progress of the World's Women 2015–2016', op. cit.
- 64 C. Canelas (2014) 'Minimum Wage and Informality in Ecuador', Universidade das Nações Unidas. <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/wp2014-006.pdf>
- 65 Play Fair, 'Workers' Rights: Freedom of Association Protocol'. <http://www.play-fair.org/media/index.php/workers-rights/foa-protocol/>
- 66 IndustriALL (2015) 'Industry bargaining for living wages'. <http://www.industrialunion.org/industry-bargaining-for-living-wages>
- 67 R. Wilshaw et al. (2015) 'In Work But Trapped in Poverty', op. cit. págs. 9 a 12.
- 68 Fundação por Salários Dignos (Living Wage Foundation), 'Living wage employers'. <http://www.livingwage.org.uk/employers>
- 69 OIT - 'Global Wage Report 2014/15: Wages and Income Inequality'. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_324678.pdf
- 70 J. Page (2015) 'What President Obama didn't see on his trip to Africa'. Brookings, Africa in Focus. <http://www.brookings.edu/blogs/africa-in-focus/posts/2015/07/28-obama-africa-page?rssid=Africa+in+Focus>
- 71 Ibid.
- 72 OIT (2015) 'World Employment and Social Outlook: Trends 2015', op. cit.
- 73 Ibid.
- 74 OCDE (2012) 'OECD Employment Outlook 2012', Chapter 3, 'op. cit.
- 75 L. Mishel e A. Davis (2015) 'Top CEOs Make 300 Times More than Typical Workers: Pay Growth Surpasses Stock Gains and Wage Growth of Top 0.1 Percent'. Nota Informativa do Instituto de Política Econômica no. 399. Washington DC: EPI. <http://s3.epi.org/files/2015/top-ceos-make-300-times-more-than-typical-workers.pdf>
- 76 Catalyst (2015) 'Women CEOs of the S&P 500'. <http://www.catalyst.org/knowledge/women-ceos-sp-500>
- 77 L. Mishel e A. Davis (2015) 'Top CEOs Make 300 Times More than Typical Workers', op. cit.

- 78 L. Bebchuk e J. Fried (2004) 'Pay Without Performance: The Unfulfilled Promise of Executive Compensation'.
- 79 T. Piketty, E. Saez e S. Stantcheva (2014) 'Optimal taxation of top labour incomes: A tale of three elasticities', *American Economic Journal*.
<http://www.ucl.ac.uk/~uctp39a/PikettySaezStantchevaAEJ2014.pdf>
- 80 Análise do Instituto de Política Econômica com dados extraídos do banco de dados da ExecuComp da Compustat, do Federal Reserve Economic Data (FRED) do Federal Reserve Bank of St. Louis, do atual programa de Current Employment Statistics (Estatísticas Correntes de Emprego) e de tabelas NIPA do Bureau of Economic Analysis (Escritório de Análises Econômicas), como citado em L. Mishel e A. Davis (2015) 'Top CEOs Make 300 Times More than Typical Workers', op. cit. Inclui o valor de opções de ações exercidas em um determinado ano mais salário, bonificações, concessões de ações restritas e pagamentos de incentivos de longo prazo para os diretores-presidentes das 350 maiores empresas dos Estados Unidos.
- 81 PWC (2013) 'Companies Act, 2013: Key highlights and analysis'.
<https://www.pwc.in/assets/pdfs/publications/2013/companies-act-2013-key-highlights-and-analysis.pdf>
- 82 M. Karnik (2015) 'Some Indian CEOs make more than 400 times what their employees are paid'. Quartz, Índia. <http://qz.com/445350/heres-how-much-indian-ceos-make-compared-to-the-median-employee-salary/>
- 83 R. Costanza, M. Hart, S. Posner e J. Talberth (2009) 'Beyond GDP: The Need for New Measures of Progress', Universidade de Boston. <http://www.bu.edu/pardee/files/documents/PP-004-GDP.pdf>
- 84 A. Smith (1776) *The Wealth of Nations*.
- 85 J. Stiglitz (2008) *The Washington Consensus Reconsidered: Towards a New Global Governance*. Oxford: Editora da Universidade de Oxford. <http://intldept.uoregon.edu/wp-content/uploads/2015/03/Yarris-Joya-5.1.15-Brown-Bag-Article.pdf>
- 86 Ibid.
- 87 R. Assaad e M. Arntz (2005) 'Constrained geographical mobility and gendered labour market outcomes under structural adjustment: evidence from Egypt', *World Development*, 33 (2005): 3, págs. 431-54.
- 88 Cálculo baseado em uma comparação entre os salários de diretores-presidentes no Reino Unido e os de trabalhadores do setor de vestuário em Bangladesh. Blog de Rachel Wilshaw (10 de dezembro de 2014) 'What would it take to deliver a living wage in global supply chains?' <http://policy-practice.oxfam.org.uk/blog/2014/12/how-companies-can-deliver-living-wages-in-global-supply-chains>
- 89 High Pay Centre (Centro de Estudos sobre Altos Salários) (2015) 'Executive pay continues to climb at expense of ordinary workers'. <http://highpaycentre.org/pubs/new-high-pay-centre-report-executive-pay-continues-to-climb-at-expense-of-o>
- 90 R. Solow (2015) 'The Future of Work: Why Wages Aren't Keeping Up', Pacific Standard. <http://www.psmag.com/business-economics/the-future-of-work-why-wages-arent-keeping-up>
- 91 *The Economist* (2014) 'The countries where politically connected businessmen are most likely to prosper'. <http://www.economist.com/news/international/21599041-countries-where-politically-connected-businessmen-are-most-likely-prosper-planet>
- 92 Ibid.
- 93 D. Jacobs (2015) 'Extreme Wealth is Not Merited', Documento para Discussão da Oxfam. <https://www.oxfam.org/en/research/extreme-wealth-not-merited>
- 94 M. Walton e A. Gandhi (2014) 'Where Do India's Billionaires Get Their Wealth?', *Economic & Political Weekly*, Vol. 47. No. 40. <http://www.michaelwalton.info/wp-content/uploads/2012/10/Where-Do-Indias-Billionaires-Get-Their-Wealth-Aditi-Walton.pdf>
- 95 G. Esquivel Hernandez (2015) 'Extreme inequality in Mexico: Concentration of economic and political power', Oxfam México. <http://cambialasreglas.org/images/inequality.pdf>
- 96 Ibid.
- 97 R. Fuentes-Nieva e N. Galasso (2014) 'Working for the Few', op. cit.
- 98 Ciclo descrito como uma estrutura institucional em D. Acemoglu e J. Robinson (2014) 'The Rise and Decline of General Laws of Capitalism'. <http://economics.mit.edu/files/10422>
- 99 F. Jaumotte e C. Osorio Buitron (2015) 'Inequality and Labor Market Institutions', Nota para Discussão entre Funcionários do FMI. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2015/sdn1514.pdf>
- 100 N. Lustig, C. Pessino e J. Scott (2013) 'The Impact of Taxes and Social Spending on Inequality and Poverty in Argentina, Bolivia, Brazil, Mexico, Peru and Uruguay: An Overview', Commitment to Equity. http://www.commitmenttoequity.org/publications_files/CEQWPNo13%20Lustig%20et%20al.%20Overview%20Arg,Bol,Bra,Mex,Per,Ury%20April%202013.pdf
- 101 J. Martinez-Vazquez, V. Vulovic e B. Moreno Dodson (2014) 'The Impact of Tax and Expenditure Policies on Income Distribution: Evidence from a Large Panel of Countries'. http://scholarworks.gsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1036&context=econ_facpub
- 102 Paraísos fiscais são jurisdições ou territórios que adotaram, intencionalmente, estruturas fiscais e jurídicas que permitem que não residentes (pessoas físicas ou jurídicas) minimizem o pagamento de impostos que deveriam pagar onde exercem uma atividade econômica substancial. Eles geralmente se enquadram em diversos dos seguintes critérios (a serem aplicados combinadamente): (i) eles oferecem

benefícios fiscais a pessoas físicas ou pessoas jurídicas somente se não residentes, sem exigir que uma atividade econômica substancial seja exercida no país ou dependência; (ii) eles oferecem um nível efetivo de tributação significativamente mais baixo, inclusive nenhuma tributação para pessoas físicas ou jurídicas; (iii) eles adotaram leis ou práticas administrativas que impedem o intercâmbio automático de informações para fins fiscais com outros governos; ou (iv) eles adotaram disposições legislativas, regulatórias ou administrativas que permitem a não divulgação da estrutura societária de pessoas jurídicas (inclusive de *trustes*, organizações beneficentes, fundações, etc.) ou dos bens ou direitos que possuam.

- 103 F. Weyzig (2015) 'Still Broken: Governments must do more to fix the international tax system', Oxfam. <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/still-broken-governments-must-do-more-to-fix-the-international-corporate-tax-sy-581878>
- 104 Ibid.
- 105 Metodologia: a Oxfam analisou informações públicas fornecidas pelas 110 maiores empresas incluídas na lista Forbes 2000 e na lista de parceiros estratégicos do Fórum Econômico Mundial (WEF) para verificar se estavam presentes em paraísos fiscais. Para essa análise, a Oxfam classificou as seguintes 10 jurisdições como as que permitem a evasão fiscal mais agressivamente: Bermuda, Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas, Luxemburgo, Suíça, Irlanda, Países Baixos, Cingapura, Jersey e Panamá. Observe que a estimativa pode estar muito abaixo do real, considerando a ausência de requisitos abrangentes de divulgação pública das práticas tributárias das empresas. Enquanto as multinacionais não forem efetivamente obrigadas a divulgar uma lista completa de suas subsidiárias, suas atividades empresariais e os impostos que pagam em cada jurisdição na qual exercem alguma atividade, é impossível estimar, em bases abrangentes, suas atividades em paraísos fiscais ou verificar se a sua presença nesses paraísos fiscais se justifica por qualquer razão que não seja a de evadir impostos.
- 106 Dados extraídos do banco de dados da Pesquisa Coordenada sobre Investimentos em Portfólio (Coordinated Portfolio Investment Survey - CPIS) do FMI. <http://data.imf.org/?sk=B981B4E3-4E58-467E-9B90-9DE0C3367363>. Investimentos externos diretos (IED) foram analisados nas seguintes jurisdições: Bermuda, Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas, Luxemburgo, Suíça, Irlanda, Países Baixos, Cingapura, Jersey e Panamá.
- 107 UNCTAD (2015) 'World Investment Report 2015'. http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015_en.pdf; e FMI (2015) 'Base Erosion, Profit Shifting and Developing Countries', Documento de Trabalho do FMI. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2015/wp15118.pdf>
- 108 M. Cohn (2013) 'Tax Avoidance Seen as a Human Rights Violation', op. cit Nota 7.
- 109 OCDE (1998) 'Harmful Tax Competition: An emerging global issue'. Obs.: nenhuma jurisdição se enquadra nos estreitos critérios adotados pela OCDE para definir o que seriam paraísos fiscais atualmente. <http://www.oecd.org/countries/monaco/listofunco-operativetaxhavens.htm>
- 110 OCDE 'Base Erosion and Profit Shifting'. <http://www.oecd.org/ctp/beps.htm>
- 111 R. Murphey (2015) 'Overall Evaluation of the G20/OECD Base Erosion and Profit Shifting (BEPS) Project'. <http://www.taxresearch.org.uk/Blog/2015/10/07/overall-evaluation-of-the-g20oecd-base-erosion-and-profit-shifting-beps-project/>
- 112 M. Lya Ramos (2012) 'Angola's Oil Industry Operations', Iniciativa da Sociedade Aberta para a África Austral (OSISA). http://www.osisa.org/sites/default/files/angola_oil_english_final_less_photos.pdf
- 113 A. Krozer (2015) 'For Richer or Poorer: The capture of growth and politics in emerging economies'. <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/for-richer-or-poorer-the-capture-of-growth-and-politics-in-emerging-economies-578757>
- 114 Ibid.
- 115 A. Bebbington e J. Bury (editores) (2013) *Subterranean Struggles: New Dynamics of Mining, Oil and Gas in Latin America*. Austin: Editora da Universidade do Texas.
- 116 E. Bast, A. Doukas, S. Pickard, L. van der Burg e S. Whitley (2015) 'Empty Promises: G20 subsidies to oil, gas and coal production', ODI. <http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/9958.pdf>
- 117 Oxfam América (2015) 'Show Us The Money!'. http://www.oxfamamerica.org/static/media/files/Media_brief_1504_anniversary.pdf. Esse valor inclui os gastos de API e de 10 das suas 631 maiores empresas petrolíferas associadas.
- 118 Greenpeace, 'Koch Industries: Secretly Funding the Climate Denial Machine'. <http://www.greenpeace.org/usa/global-warming/climate-deniers/koch-industries/>
- 119 B. McKibben (2015) 'Exxon's Climate Lie: 'No Corporation Has Ever Done Anything This Big or Bad'', *The Guardian*. <http://www.theguardian.com/environment/2015/oct/14/exxons-climate-lie-change-global-warming>
- 120 Natural Resource Governance Institute (Instituto de Governança dos Recursos Naturais), 'Nigeria'. <http://www.resourcegovernance.org/countries/afrika/nigeria/overview>
- 121 Shell (2015) 'Shell in Nigeria: Portfolio'. <http://s08.static-shell.com/content/dam/shell-new/local/country/nga/downloads/pdf/portfolio.pdf>
- 122 Forbes, 'The World's Billionaires'. http://www.forbes.com/billionaires/list/#version:static_country:Nigeria
- 123 O. Akukwe (2012) '30 Facts about Ownership of Nigeria's Richest Oil Blocks in the Midst of National Poverty', Africa Reporters. <http://www.africareporters.com/index.php/sports/item/906-by-obinna-akukwe->

- 124 Os dados mais recentes do Banco Mundial (2009) indicam que 53,5% da população da Nigéria, ou 83 milhões de pessoas, sobrevivem com menos de US\$1,90 por dia. Povcalnet, dados de 2009, PPC de 2011. <http://povertydata.worldbank.org/poverty/country/NGA>
- 125 Anistia Internacional do Reino Unido (2015) 'Shell Profits Won't Count the True Cost of Niger Delta Oil Spills'. <http://www.amnesty.org.uk/press-releases/shell-profits-wont-count-true-cost-niger-delta-oil-spills>
- 126 *Premium Times* (2015) 'Nigeria's State-Owned Oil Company, NNPC, Opens Its Accounts to Public'. <http://www.premiumtimesng.com/news/headlines/191366-transparency-nnpc-begins-monthly-publication-of-financial-operational-reports.html>
- 127 E. Whitehead (2013) 'Nigeria Petroleum bill still causing consternation', FT blog, <http://blogs.ft.com/beyond-brics/2013/11/21/nigeria-petroleum-bill-still-causing-consternation/>
- 128 petroleumindustrybill.com (2105) 'Oil and Gas Industry Reforms to Commence Prior to Passage of the PIB'. <http://www.petroleumindustrybill.com/>
- 129 A. Klasa (2015) 'Nigeria oil bill back to the drawing board' <http://www.ft.com/intl/cms/s/3/85f5b0c2-2618-11e5-9c4e-a775d2b173ca.html> - axzz3iDAbvabh
- 130 Ibid.
- 131 R. Greenwood e D. Sharfstein (2013) 'The growth of finance', *Journal of Economic Perspectives*, http://www.people.hbs.edu/dscharfstein/Growth_of_Finance_JEP.pdf
- 132 Dados do FMI, da OCDE e do Banco Mundial, resumidos em S. Ross, 'What Percentage of the Global Economy Is Comprised of the Financial Services Sector?', Investopedia. <http://www.investopedia.com/ask/answers/030515/what-percentage-global-economy-comprised-financial-services-sector.asp>
- 133 Dados da Forbes e da UNCTAD. Cálculos feitos por Uwe Gnieting, Oxfam América.
- 134 Banco Mundial (2014) 'Measuring Financial Inclusion Around the World', Banco de Dados Global Findex Database 2014. <http://www.worldbank.org/en/programs/globalindex>
- 135 D. Hardoon (2015) 'Wealth: Having it all and wanting more', op. cit.
- 136 T. Philippon e A. Reshef (2012), 'Wages and Human Capital in the U.S. Finance Industry: 1909–2006' *Quarterly Journal of Economics*, <http://qje.oxfordjournals.org/content/127/4/1551.short>
- 137 M. Sherman (2009) 'A Short History of Financial Deregulation in the United States'. <http://www.cepr.net/documents/publications/dereg-timeline-2009-07.pdf>
- 138 R. Sahay et al. (2015) 'Rethinking Financial Deepening: Stability and Growth in Emerging Markets', FMI.
- 139 M. Klein (2015) 'Crush the financial sector end the great stagnation' FT blog, <http://ftalphaville.ft.com/2015/02/16/2119138/crush-the-financial-sector-end-the-great-stagnation/>
- 140 J. Bianco (2011) 'Financial Profits'. <http://www.ritholtz.com/blog/2011/03/financial-profits/>
- 141 T. Philippon e A. Reshef (2008) op. cit.
- 142 L. Bebchuck, A. Cohen e H. Spamann (2009) 'The Wages of Failure: Executive Compensation at Bear Stearns and Lehman 2000–2008'.
- 143 M. Sherman (2009) 'A Short History of Financial Deregulation in the United States', op. cit.
- 144 OCDE (2015) 'How to restore a healthy financial sector that supports long-lasting, inclusive growth?'. <http://www.oecd.org/eco/How-to-restore-a-healthy-financial-sector-that-supports-long-lasting-inclusive-growth.pdf>
- 145 O. Denk e A. Cazenave-Lacrouz (2015) 'Household Finance and Income Inequality in the Euro Area', Documentos de Trabalho do Departamento de Economia da OCDE. <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/5js04v5wh9zs.pdf?expires=1439570720&id=id&accname=guest&checksum=7F0E011697139B9E1513E0368BF09A45>
- 146 F.S. Mishkin (2010) 'Over the Cliff: From the Subprime to the Global Financial Crisis', Documento de Trabalho da NBER. <http://www.nber.org/papers/w16609.pdf>
- 147 T. Caverro e K. Poinasamy (2013) 'A Cautionary Tale: The true cost of inequality and austerity in Europe', Oxfam. <https://www.oxfam.org/en/research/cautionary-tale>
- 148 E. Saez (2013) 'Striking it Richer: The evolution of top incomes in the United States'. <http://eml.berkeley.edu/~saez/saez-USstopincomes-2012.pdf>
- 149 N. Shaxson e J. Christensen (2013) 'The Finance Curse: How oversized financial centres attack democracy and corrupt economies', Tax Justice Network (Rede de Justiça Fiscal). http://www.taxjustice.net/cms/upload/pdf/Finance_Curse_Final.pdf
- 150 Global Witness (2015) 'Banks and Dirty Money: How the financial system enables state looting at a devastating human cost', https://www.globalwitness.org/documents/18012/GW_Banks_Report_FINAL.pdf
- 151 J.S. Henry (2010) 'Tax Offshore Wealth Sitting in First World Banks', *Forbes*. <http://www.forbes.com/forbes/2010/0719/opinions-taxation-tax-havens-banking-on-my-mind.html>
- 152 OpenSecrets.org, 'Issue Lookup', Centro para Center for Responsive Politics (Centro pela Política Responsiva).

<http://www.opensecrets.org/lobby/lookup.php?type=i&q=Foreign+Account+Tax+Compliance+Act>

- 153 Banco de Compensações Internacionais (2015) 'Why Does Financial Sector Growth Crowd Out Real Growth?', Documento de Trabalho do Banco de Compensações Internacionais no. 490.
<http://www.bis.org/publ/work490.pdf>
- 154 R. Sahay et al. (2015) 'Rethinking Financial Deepening', op. cit.
- 155 KPMG (2015) 'Financial Services in Africa'. https://www.kpmg.com/Africa/en/IssuesAndInsights/Articles-Publications/Documents/KPMG_Financial_Services_in_Africa.pdf
- 156 Banco Mundial (2014) 'Expanding Women's Access to financial Services'.
<http://www.worldbank.org/en/results/2013/04/01/banking-on-women-extending-womens-access-to-financial-services>
- 157 OpenSecrets.org, 'Ranked Sectors'.
<https://www.opensecrets.org/lobby/top.php?showYear=2014&indexType=c>
- 158 The Bureau of Investigative Journalism (Centro de Jornalismo Investigativo) (2012) 'Finance Lobby: Big banks and thinktanks'. <https://www.thebureauinvestigates.com/2012/07/12/big-banks-and-thinktanks/>
- 159 Transparify (2014) 'Corporate Interests and Think Tanks – An Overview of Current Debates'.
http://static1.squarespace.com/static/52e1f399e4b06a94c0cdaa41/t/534bda65e4b036f444b56ecb/1397480037210/Corporate+Interests+and+Think+Tanks+-+An+Overview+of+Current+Debates+_Transparify+2014_.pdf
- 160 B. Biaï, J. Rochet e P. Wooley (2010) 'Innovations, Rents and Risk', Documento de Trabalho do Centro Paul Woolley, Série no. 13, Documento para Discussão no. 659.
<http://www.lse.ac.uk/fmg/researchProgrammes/paulWoolleyCentre/workingPapers/dp659PWC13.pdf>
- 161 A. Tenbrunsel e J. Thomas (2015) 'The Street, the Bull and the Crisis: A Survey of the UK and US Financial Services Industry', Universidade de Notre Dame e Labaton Sucharow LLP.
- 162 Ethical Performance (2015) 'Business Ethics No Longer Just Compliance Issue, says CIMA.'
<http://ethicalperformance.com/article/9148>
- 163 J.E. Stiglitz (2012) 'Market Failures in the Financial System', New Vision.
<http://www.newvision.co.ug/news/633096-market-failures-in-the-financial-system.html>
- 164 D. Scutt (2015) 'China Has Already Created 7 Million Jobs This Year', *Business Insider*.
<http://uk.businessinsider.com/china-has-already-created-7-million-jobs-this-year-2015-7?r=US&IR=T>
- 165 R. Wilshaw (2014) 'Steps Towards a Living Wage In Global Supply Chains', op. cit.
- 166 E. Sahan (2015) 'Why Companies Fail to Pay a Living Wage (At Least in Their Supply Chain)', blog da Oxfam. <http://policy-practice.oxfam.org.uk/blog/2015/01/why-companies-fail-to-pay-a-living-wage>
- 167 M-H. Lim (2014) 'Globalization, Export-Led Growth and Inequality: The East Asian Story', South Centre.
http://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2014/11/RP57_Globalisation-Export-led-Growth-and-Inequality-rev_EN.pdf
- 168 Worker Rights Consortium (Consórcio dos Direitos do Trabalhador) (2013) 'Global Wage Trends for Apparel Workers, 2001–2011'.
<https://www.americanprogress.org/issues/labor/report/2013/07/11/69255/global-wage-trends-for-apparel-workers-2001-2011/>
- 169 M. Christian, B. Evers e S. Barrientos (2013) 'Women in Value Chains, Making a Difference', Nota Informativa sobre a Reunião de Cúpula Capturing the Gains.
http://www.capturingthegains.org/pdf/ctg_briefing_note_6.3.pdf
- 170 M. Anner, J. Bair e J. Blasi (2012) 'Buyer Power, Pricing Practices, and Labor Outcomes in Global Supply Chains', Documento de Trabalho do IBS, Universidade do Colorado em Boulder.
<http://www.colorado.edu/ibs/pubs/pec/inst2012-0011.pdf>
- 171 S. Hester (2013) 'Analyzing the Value Chain for Apparel Designed in the United States and Manufactured Overseas'. Relatório encomendado pelo TPP Apparel Caucus. Seattle, Washington: Moongate Associates.
- 172 Gráfico extraído de MH. Lim (2014), op. cit. A produtividade do trabalho e os salários estão indexados ao ano de 1995. Entre 1995 e 2007, a produtividade aumentou 19%, enquanto os salários subiram 11%.
- 173 J. Keane and D.W. te Velde (2008) 'The Role of Clothing and Textile Industries in Growth and Development Strategies', ODI. <http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/3361.pdf>
- 174 M.H. Sikhdar, S.K. Sarkar e S. Sadeka (2014) 'Socio-Economic Conditions of the Female Garment Workers in the Capital City of Bangladesh'.
http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_4_No_3_February_2014/17.pdf
- 175 A. Barkat, S.N. Ahmed, A.K.M. Maksud e M.A. Ali (2003) 'The Cost for Women Workers of Precarious Employment in Bangladesh', Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Humano, Daca: Oxfam GB.
- 176 Esse foi o número oficial de mortos. <http://www.npr.org/sections/money/2013/12/26/257364509/year-in-numbers-the-tragic-number-that-got-us-all-talking-about-our-clothing>
- 177 Organização sem fins lucrativos Fair Factories Clearinghouse, 'Accord on Fire and Building Safety in Bangladesh'. <http://accord.fairfactories.org/ffcweb/Web/ManageSuppliers/InspectionReportsEnglish.aspx/>
- 178 R. Wilshaw, S. Hamilton, J. Théroux-Séguin e D. Gardener (2015) 'In Work But Trapped in Poverty', op.

cit.

- 179 J. Merk (2014) 'Living Wage in Asia', Clean Clothes Campaign (Campanha das Roupas Limpas). <http://www.cleanclothes.org/resources/publications/asia-wage-report/view>
- 180 C. Arthur (2013) 'UK Joins US in Lobbying Brussels Over Data Protection Rules', *The Guardian*. <http://www.theguardian.com/technology/2013/mar/07/uk-us-eu-data-protection-rules>
- 181 *Scientific American* (2009) 'Do Seed Companies Control GM Crop Research?'. <http://www.scientificamerican.com/article/do-seed-companies-control-gm-crop-research/>
- 182 D.H. Jernigan (2010) 'The Extent of Global Alcohol Marketing and Its Impact on Youth', Editora Sage Publications. <http://cdx.sagepub.com/content/37/1/57.abstract>
- 183 OpenSecrets.org (2014) 'Anheuser-Busch InBev'. <https://www.opensecrets.org/lobby/clientissues.php?id=D000042510&year=2014>
- 184 H. Burley (2012) 'AB InBev – A Key Voice in the EU Alcohol Debate', Amigos da Terra Europa. http://www.foeeurope.org/sites/default/files/alcohol_lobby_briefing_dec2012.pdf
- 185 BBC (2012) 'Brazil World Cup Beer Law Signed by President Rousseff'. <http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-18348012>
- 186 D. Bartz (2015) 'U.S. Probes Allegations AB InBev Seeking to Curb Craft Beer Distribution', Reuters. <http://www.reuters.com/article/2015/10/12/us-abinbev-doj-antitrust-exclusive-idUSKCN0S623R20151012>
- 187 Forbes 400, '149: Alejandro Santo Domingo'. <http://www.forbes.com/profile/alejandrosanto-domingo/>
- 188 OMPI (2014) 'Global Intellectual Property Filings Up In 2013, China Drives Patent Application Growth'. http://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2014/article_0018.html
- 189 OMPI (2014) 'WIPO IP Facts and Figures'. http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_943_2014.pdf
- 190 L. Chen (2014) '2015 Global 2000: The World's Largest Drug and Biotech Companies', Forbes. <http://www.forbes.com/sites/liyanchen/2015/06/04/2015-global-2000-the-worlds-largest-drug-and-biotech-companies/>
- 191 D. Hardoon (2015) 'Wealth: Having it all and wanting more', op. cit.
- 192 A Activis mudou de nome e passou a chamar-se Allergan em junho de 2015, após uma série de aquisições (inclusive da Allergan, a fabricante do Botox, por US\$ 70 bilhões). No entanto, a empresa ainda é conhecida como Actavis nos Estados Unidos e no Canadá.
- 193 S. Cornwell and D. Bartz (2015) 'After Big Spending and Hard Lobbying, Pfizer Eyes New Tax Home', Reuters. <http://www.reuters.com/article/2015/11/06/us-allergan-m-a-pfizer-lobbying-idUSKCN0SV0IZ20151106#CUIDZTso9BIBs19j.97>
- 194 Ibid.
- 195 M. Mazuccato (2011) *The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths*, Editora Anthem Press.
- 196 Global data. R. Anderson (2014) 'Pharmaceutical Industry Gets High on Fat Profits', BBC. <http://www.bbc.co.uk/news/business-28212223?>
- 197 OpenSecret.org (2014) 'Pharmaceuticals/Health Products'. <https://www.opensecrets.org/lobby/indusclient.php?id=H04&year=2014>
- 198 Commons Network (2014) 'The Transatlantic Trade and Investment Partnership –TTIP: A Civil Society Response to the Big Pharma Wish List'. http://commonsnetwork.eu/wp-content/uploads/2014/03/A-Civil-Society-Response-to-the-Big-pharma-wish-list_Nov2014.pdf
- 199 Programa sobre Justiça da Informação e Propriedade Intelectual (2009) 'Timeline for US-Thailand Compulsory licence dispute', Faculdade de Direito de Washington. <http://infojustice.org/wp-content/uploads/2012/11/pijip-thailand-timeline.pdf>
- 200 Ibid.
- 201 B. Somers (2007) 'Regulators Warn Thailand Over Drug Pricing Policy'. <http://www.law360.com/articles/32129/regulators-warn-thailand-over-drug-pricing-policy>
- 202 Public Citizen (2013) 'U.S. Pharmaceutical Corporation Uses NAFTA Foreign Investor Privileges Regime to Attack Canada's Patent Policy, Demand \$100 Million for Invalidation of a Patent'. <http://www.citizen.org/documents/Eli%20Lilly%20Briefing%20Paper%20Mar%202013%20FINAL.pdf>
- 203 S. Cornwell and D. Bartz (2015) 'After Big Spending and Hard Lobbying, Pfizer Eyes New Tax Home', op. cit.
- 204 A. Sloan (2015) 'Pfizer Gobbles Up Tax Advantages in a Turkey of a Transaction', *Washington Post*. https://www.washingtonpost.com/business/economy/pfizer-gobbles-up-tax-advantages-in-a-turkey-of-a-transaction/2015/11/23/675bb054-9200-11e5-b5e4-279b4501e8a6_story.html
- 205 S. Salvi and Agarwal (2012) 'India needs a national COPD prevention and Control program', *Journal of the Association of Physicians of India*, 2012; 60 Suplemento: 5–7.
- 206 A. Kazmin (2014) 'India Assumes Frontline Position over Intellectual Property Rights', Financial Times. <http://www.ft.com/cms/s/0/2cc8d306-6f3b-11e4-8d86-00144feabdc0.html#axzz3u1S64Y3E>
- 207 A. Ward (2014), 'Bayer loses bid to block cheap version of cancer drug in India'

<http://www.ft.com/cms/s/0/36a2d942-8202-11e4-a9bb-00144feabdc0.html#axzz3LamAkOrY>

- 208 E. Seery e A. Caistor Arendar (2014) 'Even It Up: Time to end extreme inequality'. Documento da Oxfam - https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/cr-even-it-up-extreme-inequality-291014-en.pdf
- 209 High Pay Centre (Centro de Estudos sobre Altos Salários) (2015) 'No Routine Riches: Reforms to Performance-Related Pay'. <http://highpaycentre.org/pubs/no-routine-riches-reforms-to-performance-related-pay>
- 210 McKinsey (2014) 'Global Wealth Management Survey 2014: An attractive sector in transition', http://www.mckinsey.com/~/media/mckinsey%20offices/france/pdfs/global_wealth_management_survey_2014.ashx
- 211 G. Zucman (2014) 'Taxing Across Borders: Tracking Personal Wealth and Corporate Profits', *Journal of Economic Perspectives*. <http://gabriel-zucman.eu/files/Zucman2014JEP.pdf>
- 212 Um investimento anual total em saúde materna e infantil de US\$ 8,7 bilhões em 46 países africanos poderia salvar a vida de quatro milhões de crianças todos os anos. Organização Mundial da Saúde (OMS), Parceria para a Saúde Materna, Neonatal e Infantil e Universidade de Washington (2014) 'Investment Framework for Women's and Children's Health in Africa', Genebra, Suíça. http://www.who.int/pmnch/media/news/2014/aif_report.pdf?ua=1
- 213 Estima-se que seriam necessários US\$ 5.2 bilhões todos os anos para pagar os salários de professores adicionais na África Subsariana para garantir que todas as crianças pudessem frequentar a escola. UNESCO (2014) 'Wanted: Trained Teachers to Ensure Every Child's Right to Primary Education'. <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002299/229913E.pdf>
- 214 McKinsey (2014) 'Global Wealth Management Survey 2014', op. cit.
- 215 T. Price (2014) 'CEO Performance Pay is Bad for Everyone Except CEOs', Instituto Roosevelt. <http://www.rooseveltinstitute.org/new-roosevelt/ceo-performance-pay-bad-everyone-except-ceos>
- 216 A. Ellul et al. (2014) 'Labor unemployment risk and CEO incentive compensation', http://www.cicfconf.org/sites/default/files/paper_409.pdf
- 217 M. Lawrence e C. McNeill ((2014) 'Fair Shares: Shifting the balance of power in the workplace to boost productivity and pay'. IPPR. http://www.ippr.org/files/publications/pdf/Fair-shares_May2014.pdf?noredirect=1
- 218 M. Walsh (2013), 'Women's Collective Action in the Vegetable Sector in Tanzania', Estudo de caso da Oxfam, <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/womens-collective-action-in-the-vegetable-sector-in-tanzania-275774>
- 219 E. Sahan, J. Fischer Mackay (2011), 'Making Markets Empower the Poor: Programme perspectives on using markets to empower women and men living in poverty', Documento para Discussão da Oxfam, <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/making-markets-empower-the-poor-programme-perspectives-on-using-markets-to-empo-188950>
- 220 L. Schincariol e J.J. McMurtry (2015) 'Advancing gender equality the cooperative way', OIT e International Cooperative Alliance (Aliança Cooperativa Internacional) http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/publication/wcms_379095.pdf.

© Oxfam Internacional, Janeiro de 2016

Este documento foi redigido por Deborah Hardoon, Sophia Ayele e Ricardo Fuentes-Nieva. O resumo foi redigido por Max Lawson. A Oxfam gostaria de agradecer a Chris Hoy por ter revisado os cálculos que dão base aos principais resultados empíricos deste documento e o documento final em si, a Branko Milanovic por ter fornecido os dados da LM-WPID de 2011 e a Branko Milanovic e Maro Lilla por seus comentários úteis sobre a metodologia da participação na renda global. Gostaríamos também de agradecer a Tony Shorrocks por ter fornecido os dados de origem do estudo do banco Credit Suisse sobre a riqueza global (Global Wealth Databook) de 2014 e informações importantes sobre a metodologia usada na elaboração do relatório do banco sobre a riqueza global (Credit Suisse Global Wealth Report). Os autores gostariam também de agradecer a Anna Coryndon por sua excelente orientação editorial e a Ana Arendar, Jaime Atienza e Katy Wright por terem nos ajudado a administrar o projeto. Recebemos contribuições para a análise de diversos membros da confederação Oxfam, como de Jon Slater, Francesca Rhodes, Rachel Wilshaw, Mohga Kamal Yanni, Uwe Gneiting, Alison Holder, Claire Godfrey e Susana Ruiz.

Esta análise faz parte de uma série de documentos elaborados para subsidiar debates públicos sobre questões relacionadas a políticas de desenvolvimento e humanitárias.

Para obter mais informações sobre as questões abordadas neste documento, favor enviar um e-mail para a Oxfam Brasil: contato@oxfam.org.br

Esta publicação é protegida por direitos autorais, mas seu texto pode ser usado gratuitamente em ações de advocacy, em campanhas e para fins educacionais e de pesquisa, desde que a fonte seja citada na íntegra. O titular dos direitos autorais solicita que todas essas utilizações sejam registradas para que seus impactos possam ser devidamente avaliados. Para cópias em quaisquer outras circunstâncias, reutilização em outras publicações ou tradução ou adaptação, será necessário solicitar sua permissão e poderá ser cobrada uma taxa. E-mail policyandpractice@oxfam.org.uk

As informações contidas nesta publicação estão corretas no momento da sua impressão.

Publicado pela Oxfam GB para a Oxfam Internacional sob o ISBN 978-1-78077-993-5 em janeiro de 2016. Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK.

Documento originalmente escrito em inglês. Tradução ao português feita por Master Language Traduções e Interpretações Ltda.

OXFAM

A Oxfam é uma confederação internacional de 20 organizações que trabalham em rede em mais de 90 países como parte de um movimento global em prol de mudanças necessárias e no intuito de construir um futuro livre da injustiça da pobreza. Favor entrar em contato com qualquer dessas organizações para obter informações adicionais ou visite o site www.oxfam.org

Oxfam África do Sul – *Observador*
Oxfam Alemanha (www.oxfam.de)
Oxfam América (www.oxfamamerica.org)
Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au)
Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br) – *Observador*
Oxfam na Bélgica (www.oxfamsol.be)
Oxfam Canadá (www.oxfam.ca)
Oxfam França (www.oxfamfrance.org)
Oxfam GB (www.oxfam.org.uk)
Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)
Oxfam Índia (www.oxfamindia.org)
Oxfam Intermón (Espanha) (www.intermonoxfam.org)
Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org)
Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org)
Oxfam Japão (www.oxfam.jp)
Oxfam México (www.oxfamemexico.org)
Oxfam Nova Zelândia (www.oxfam.org.nz)
Oxfam Novib (Holanda) (www.oxfamnovib.nl)
Oxfam Quebec (www.oxfam.qc.ca)
IBIS – Dinamarca – *Observador*

www.oxfam.org



OXFAM